



## ENERGIA E ECONOMIA

No palanque, Dilma mimetiza até mesmo os discursos de Lula (Folha de SP) 04/01/2010.....	2
Brasil não pode se tornar refém de ambientalistas (Folha de SP) 04/01/2010 .....	3
Por contrato, Petrobrás tem de investir (Folha de SP) 04/01/2010.....	5
Mercado Aberto (Folha de SP) 04/01/2010 .....	5
Pré-candidatos, Serra e Dilma intensificam inaugurações (Folha de SP) 04/01/2010 .....	6
Os avanços do governo Lula e 2010 (Folha de SP) 04/01/2010 .....	7
Cresce a formalização do trabalho no Brasil, diz estudo (O Estado de SP) 04/01/2010 .....	8
Os recursos do FGTS (O Estado de SP) 04/01/2010 .....	10
Custo Brasil ou vítimas da legalidade – 3 (O Estado de SP) 04/01/2010 .....	11
Petrobras pode vender parte de bloco de gás indiano (Estadão Online 06:07h) 04/01/2010 .....	12
Projeto em Roraima realça papel energético da palma (Valor Econômico) 04/01/2010 .....	12
Tarifa social de energia (Valor Econômico) 04/01/2010.....	14
Cemig cresce na Light (Valor Econômico) 04/01/2010 .....	14
Eletronuclear decide manter usinas funcionando (Valor Econômico) 04/01/2010 .....	14
Empresas buscam Judiciário para fechar acordos em ações (Valor Econômico) 04/01/2010.....	15
Conciliação é divulgada desde 2006 pelo CNJ (Valor Econômico) 04/01/2010.....	15
Juíza cria dia para partes negociarem (Valor Econômico) 04/01/2010 .....	16
IBM prevê impacto tecnológico em centros urbanos (Valor Econômico) 04/01/2010.....	16
Siemens amplia aposta em energia (Valor Econômico) 04/01/2010.....	17
Siemens do Brasil vai ampliar fábrica de transformadores (Valor Econômico) 04/01/2010.....	18
PT tentará reduzir dependência de Dilma em relação a Lula (Valor Econômico) 04/01/2010.....	18
Ameaça de militares é rejeitada por adversários (Valor Econômico) 04/01/2010 .....	20
Petrobras lança dois fundos para financiar fornecedores (Valor Econômico) 04/01/2010.....	21
Agronegócio - Biocombustível desafia o mercado (Correio Popular) 04/01/2010 .....	22
Termelétrica Primavera do Leste inicia operação comercial de 8 MW (CanalEnergia) 04/01/2010.....	24
Criador dos Brics critica exportação brasileira (Folha de SP) 03/01/2010 .....	24
Mais "baixa", região também abriga rota de cachoeiras (Folha de SP) 03/01/2010 .....	25
Crise financeira deu fôlego ao setor para digerir consolidação (Folha de SP) 03/01/2010 .....	26
Empresária perde pais, irmã, marido e filhos (O Estado de SP) 03/10/2010 .....	27
Lucro de braço do BNDES cai com mau resultado em ações (Folha de S. Paulo) 02/01/2010 .....	28
Crise molda o Estado interventor ideal (Folha de SP) 02/01/2010.....	29
Pouco mais que nada (O Estado de SP) 02/10/2010 .....	30
Cemig compra fatia do Pactual e Andrade Gutierrez na Light (O Estado de SP) 31/12/09 .....	31
O prazo das concessões (O Estado de SP) 30/12/09 .....	32
Ampla encerra distribuição de R\$ 250 milhões em debêntures (CanalEnergia) 30/12/09 .....	33
Cesp prevê aumento de vazão em usinas da bacia do rio Paraná (CanalEnergia) 30/12/09 .....	33
PL cria benefícios para geração renovável por cooperativas de eletrificação (CanalEnergia) 30/12/09 .....	33
CCEE: PLD cai para R\$ 12,80/MWh (CanalEnergia) 30/12/09.....	34
ONS registra elevação de 11,3% na carga de energia em dezembro (CanalEnergia) 30/12/09 .....	34
Marcelo Parodi, da Compass Energia: Energia Transparente (CanalEnergia) 30/12/09 .....	35
Agrekko ganha licitação para fornecer energia à projeto da Petrobras no RJ (CanalEnergia) 30/12/09 .....	36
Anace propõe registro obrigatório de comercializadoras à CCEE (CanalEnergia) 30/12/09.....	36

Rede Energia encerra distribuição de R\$ 370 milhões em debêntures ( <i>CanalEnergia</i> ) 30/12/09 .....	37
Tucuruí opera com 37,15% da capacidade armazenada ( <i>CanalEnergia</i> ) 30/12/09.....	37
Eletrobrás PNB opera em queda de 1,25% ( <i>CanalEnergia</i> ) 30/12/09.....	37
Lei que estabelece Política Nacional de Mudanças Climáticas é sancionada ( <i>CanalEnergia</i> ) 30/12/09 .....	38
Hélio Viana Pereira, da CPFL Energia: As distribuidoras e o blecaute ( <i>CanalEnergia</i> ) 30/12/09.....	38
CCEE pretende antecipar entrega de novo SCL ( <i>CanalEnergia</i> ) 30/12/09.....	39

## **No palanque, Dilma mimetiza até mesmo os discursos de Lula (Folha de SP) 04/01/2010**

Na construção de sua candidatura à Presidência, ministra adota estilo íntimo e próximo do povo, como o presidente

Após grande mudança visual, linguistas detectam menos números e mais emoção nas falas públicas da petista, que tenta deixar retórica racional

ANA FLOR  
DA REPORTAGEM LOCAL

Em sua construção como candidata petista ao Planalto, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) passa, de um ano para cá, por uma transformação. Enquanto palanques pelo país e viagens com o presidente viraram rotina, uma plástica remoçou o rosto, óculos de grau foram abandonados e o visual incorporou roupas de cores fortes e maquiagem marcada.

Ainda mais evidente é o esforço da escolhida pelo presidente Lula para sucedê-lo em mudar seus discursos, com alterações na linguagem, no conteúdo e até no tom de voz. A pedido da Folha, especialistas em análise de discurso e marketing político examinaram vídeos e áudios de Dilma desde a época em que ocupava a pasta de Minas e Energia. A ministra, dizem eles, tenta abandonar o "estilo consultora" para falar de forma emotiva -consagrada pelo presidente. "Ela está tentando se aproximar do Lula, com mais ou menos sucesso", avalia a doutora em linguística Eni Orlandi. O expediente cada vez mais frequente, diz Orlandi, é criar situações como aquelas em que Lula tem mais êxito: viagens em que seu público é o povo.

"Quando se tem um interlocutor real, isso desencadeia elementos que ajudam a acessar uma fala mais popular".

Nessas situações, Dilma passou a adotar um discurso mais íntimo e próximo do povo.

"Mudou porque é candidata. Está criando uma imagem convincente, fisicamente e pela palavra. Mas ainda está no meio do caminho", afirma Orlandi.

### Treinamento

Desde outubro, a ministra recebe um forte treinamento para aprimorar não só seu discurso, mas para lidar com a imprensa, com situações tensas de campanha e mudar o visual.

A equipe de pré-campanha já avaliou que a imagem de competente e realizadora não basta para elegê-la. É preciso criar simpatia e simplificar sua fala, aproximando-a do eleitor.

Segundo a professora Luciana Panke, que para sua tese de doutorado pesquisou mil discursos do presidente Lula, a tentativa da ministra de "falar mais fácil" pode ser percebida desde o início de 2009.

"Ela passou a incluir menos números, a usar mais a emoção, em vez do discurso técnico, de consultoria", afirma. Mesmo assim, discursos longos, que deveriam ser evitados, ainda são a regra.

Segundo assessores próximos, Dilma ainda sofre para falar naturalmente para militantes ou populares. Quase sempre, recorre ao papel. Ela se sente mais à vontade quando o público é o empresariado.

O fim do tratamento de um câncer linfático descoberto em março foi o momento de intensificar as mudanças no visual.

Para Luciana Panke, há uma "evidente lapidação" no visual de Dilma, com mudanças nas roupas e maquiagem.

Apesar de alterações aparentes no discurso, Dilma conseguiu alterar muito pouco sua atitude no palanque. "Ereta, séria, uma imagem muito vinculada à competência", diz.

Em dezembro, a ministra abandonou a peruca, utilizada por causa dos efeitos colaterais da quimioterapia, e mostrou cabelos muito curtos, em um corte moderno.

Até a voz da ministra foi amenizada. "Está com uma voz menos rouca, menos grave, mais feminina", diz Orlandi. "Isso é trabalho de marqueteiro e fonoaudiólogo", afirma.

### "Lulês"

Apesar dos esforços para popularizar seu discurso, é pouco provável que Dilma consiga atingir sucesso semelhante ao de Lula. Luciana ressalta que a ministra terá dificuldade de se livrar da retórica baseada na racionalidade -o presidente, diz ela, se utiliza de analogias e didatismo e é muito emocional.

"Se o Lula fosse explicar o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], ia contar um caso", diz Luciana. "Ela [Dilma] não chega a isso."

Para o marqueteiro Nelson Biondi, que fez campanhas para o PSDB, não se pode transformar um candidato naquilo que ele não é, sob o risco de cair em uma figura artificial.

Biondi afirma que, apesar do suor exibido recentemente nos palanques, que torna Dilma mais "povão", ela ficou excessivamente vinculada a imagem de uma "gerente eficiente".

"Acho que a estratégia de mãe do PAC e gerentona é um tiro no pé. Das qualidades do Lula, não é da competência que o povo gosta mais. Eles querem o boa gente, com jeitão amigo, que parece não estar muito aí para trabalho", afirma o marqueteiro. "Ser eficiente já faz parte da imagem do [José] Serra [pré-candidato do PSDB]."

#### Temas

Além de utilizar bordões e expressões apelativas, Dilma passou a incorporar metáforas, ligando, por exemplo, o futuro e o orgulho de ser brasileiro com conquistas como sediar uma Copa do Mundo e Olimpíada.

Os temas de seus discursos passaram a variar mais, abrangendo assuntos diversos.

Se antes havia o domínio de infraestrutura, energia e desenvolvimento, agora ela fala de direitos humanos, exploração infantil, importância das mulheres, meio ambiente e desigualdades regionais.

Para marqueteiros, o esforço visível de colocar a figura feminina em lugar privilegiado é uma forma de dizer que uma mulher -ela própria- pode chegar à Presidência.

-----  
Folha Online

ENTREVISTA - EDISON LOBÃO

## **Brasil não pode se tornar refém de ambientalistas (Folha de SP) 04/01/2010**

Ministro de Minas e Energia diz que atraso em liberação de usinas hidrelétricas fará consumidor pagar mais caro por energia de geração térmica, mais poluente

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em Brasília; ele diz que ainda não foi identificada nenhuma falha para o apagão denovembro

VALDO CRUZ  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá enviar ao Congresso em 2010 um projeto de lei que prevê a criação de benefícios fiscais para a implantação de usinas siderúrgicas no país. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse à Folha que o objetivo da medida é reduzir a exportação de minério de ferro bruto, uma bandeira de Lula e um dos motivos das desavenças entre o presidente e o comando da mineradora Vale do Rio Doce no ano passado.

Na entrevista, Lobão também afirma que o Brasil não pode ficar "refém dos humores" do Meio Ambiente. Caso contrário, vai enfrentar "dificuldades" no futuro na área energética.

Segundo Lobão, essas dificuldades não serão de falta de energia, mas da necessidade de o consumidor pagar por uma energia "mais cara e poluente" das termelétricas. Elas terão de ser acionadas se as usinas hidrelétricas em construção sofrerem grandes atrasos. O ministro volta a repetir que o apagão ocorrido no país no início de novembro passado, que afetou 18 Estados mais o Distrito Federal, deveu-se a "fenômenos atmosféricos adversos" e afirma: "Eu quase diria que estou torcendo para que haja uma falha técnica, para que ela possa ser corrigida daqui para a frente. Mas até agora não apareceu". A seguir, os principais trechos da entrevista:

FOLHA - Qual lição o apagão deixou? Houve falha de manutenção?

LOBÃO - Nós não temos nenhuma ideia fixa no sentido de defender o sistema naquilo em que ele eventualmente não devesse ser defendido. Mas nosso sistema de transmissão de energia é considerado um dos melhores do mundo, senão o melhor.

FOLHA - Mas nenhuma falha foi identificada no apagão?

LOBÃO - Não. Já fizemos vários estudos, relatórios, e a conclusão é que tinha havido realmente fenômenos atmosféricos adversos. Bem, ainda estamos fazendo novas investigações. Se você me perguntar, eu quase diria que estou torcendo para que haja uma falha técnica para que ela possa ser corrigida daqui para a frente. Mas até agora não apareceu.

FOLHA - Segundo as previsões, o país volta a crescer acima de 5% neste ano. E várias usinas hidrelétricas em construção estão enfrentando problemas no seu cronograma de obras. Isso não coloca em risco o fornecimento de energia?

LOBÃO - Nós não trabalhamos com a possibilidade de racionamento de energia no Brasil. Além das hidrelétricas que estamos construindo, ou em fase de licitação e de recebimento das licenças ambientais, temos a solidez das termelétricas, que constituem uma energia cara e poluente. Todavia é um estoque de energia que possuímos, estoque estratégico. Falhando o sistema hídrico, seja porque não choveu, seja porque não se conseguiram as licenças a tempo, entrará em funcionamento o sistema térmico do país.

FOLHA - É a melhor solução?

LOBÃO - Não, é a pior solução. Mas é um estoque estratégico que possuímos.

FOLHA - Como o sr. classifica o embate no governo em torno das licenças ambientais para a construção de usinas hidrelétricas?

LOBÃO - Não quero qualificar as dificuldades que temos tido com o Meio Ambiente. Temos tido, sim, tais dificuldades intensamente cada vez mais. O caso de Belo Monte [no rio Xingu, no Pará] é um exemplo flagrante. Não se concedeu a licença, embora o ministro do Meio Ambiente [Carlos Minc] e o presidente do Ibama [Roberto Messias], numa reunião com o presidente, com a ministra Dilma [Rousseff], comigo e com outras autoridades, tenham nos garantido para o mês de novembro [passado] a emissão da licença ambiental.

FOLHA - Não veio?

LOBÃO - Eu, perguntado pela imprensa, declarei que na segunda-feira seguinte a licença seria concedida. Isso foi motivo para que um alto funcionário do Ibama dissesse que não estava concedendo a licença porque os ministros do Gabinete Civil e de Minas e Energia haviam marcado data para a concessão da licença. Ora, a data foi marcada pelo ministro do Meio Ambiente e pelo presidente do Ibama no Palácio do Planalto. Não era motivo para que a licença não fosse concedida. O Brasil não pode ficar refém dos humores do Meio Ambiente. Não há energia melhor, mais limpa e mais barata do que a hídrica. Mas, como estamos sujeitos aos humores do Meio Ambiente, poderemos ter dificuldades no futuro. Dificuldades de que natureza? Falta de energia? Não, mas seguramente vamos ter que pagar, o consumidor vai ter que pagar por uma energia mais cara e poluente.

FOLHA - É um contrassenso?

LOBÃO - Acho um contrassenso. Até porque estamos tendo todos os cuidados no sentido de que os reservatórios das hidrelétricas sejam os menores possíveis e estamos até, já agora, introduzindo um sistema de reflorestamento de toda devastação feita em volta da construção de uma hidrelétrica.

FOLHA - Os projetos do marco regulatório do pré-sal não foram aprovados no tempo esperado e devem avançar no calendário eleitoral. Isso compromete os planos do governo de fazer os leilões neste ano?

LOBÃO - Compromete. Nós imaginávamos que poderíamos realizar esses leilões ainda no fim de 2009 ou no começo deste ano. Já verificamos que isso não será possível. As leis não foram votadas.

FOLHA - O que aconteceu?

LOBÃO - Dificuldades de entendimentos entre os próprios parlamentares, a questão dos royalties [distribuídos a Estados e municípios] sobretudo.

FOLHA - O sr. acha que coloca em risco até a aprovação em 2010?

LOBÃO - Não tenho esse receio. Na medida em que se observa que há essa possibilidade, o presidente Lula pode solicitar a urgência [para a tramitação dos projetos] que ele havia retirado no começo [em setembro, dias após ter enviado os projetos de lei ao Congresso].

FOLHA - E o novo código de mineração, quando ele será enviado ao Congresso? Terá aumento dos royalties cobrados das mineradoras ou do imposto de exportação?

LOBÃO - Ainda não está definido. Queremos fazer algo que modernize todo o sistema, mas sem embaraços às empresas exportadoras. É claro que, na medida em que nos convenceremos de que estamos cobrando taxas muito inferiores do que o mundo cobra, teremos que aumentar um pouco.

FOLHA - O marco regulatório vai tratar da preocupação do presidente Lula, revelada no embate com a Vale, de reduzir a exportação de minério de ferro bruto e aumentar a de produtos acabados?

LOBÃO - Não, não deve constar do novo código mineral brasileiro. Mas o presidente está disposto a enviar um outro projeto de lei ao Congresso estabelecendo vantagens para quem produzir aqui, quem se implantar na transformação do minério em produtos acabados.

FOLHA - Que benefício?

LOBÃO - Benefícios fiscais. Hoje o benefício fiscal é o contrário. Consegue benefício quem exporta o minério bruto. Ou semiacabado ou semielaborado. E cobra dos produtos acabados. A ideia é inverter. Basta inverter para resolver o problema.

FOLHA - O empresário Jorge Gerdau diz que hoje há capacidade ociosa no parque siderúrgico e diz que construir novas usinas siderúrgicas não é a solução.

LOBÃO - Olha, o doutor Jorge Gerdau é um dos maiores empresários brasileiros, um dos maiores do mundo. É um empresário de grande competência e temos orgulho da presença dele no setor produtivo nacional. O que não quer dizer que estejamos absolutamente de acordo com todas as concepções empresariais dele.

FOLHA - E o botijão de gás social, vai sair?

LOBÃO - Foi uma ideia do presidente Lula, que solicitou ao Ministério de Minas e Energia um trabalho nesse sentido. O presidente quer um abatimento de 20% a 30% no preço do botijão de gás para as famílias de baixa renda. Estamos trabalhando nessa direção. Procurando meios e modos de encontrar uma solução. A primeira que encontramos foi no sentido de o Tesouro financiar. O Ministério da Fazenda, obviamente, não gosta dessa solução. Isso importaria num custo da ordem de R\$ 1 bilhão por ano. Estamos procurando outras saídas.

FOLHA - Quem é o melhor vice do seu partido [o PMDB] para compor a chapa com ministra Dilma?

LOBÃO - Há muitos nomes bons. Mas eu creio que o nome do presidente do partido, Michel Temer, por ser exatamente aquele que, no meu entendimento, mais agrega, mais une o partido, é o melhor nome.

## **Por contrato, Petrobrás tem de investir (Folha de SP) 04/01/2010**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

A maior parte dos recursos investidos em projetos de sequestro de carbono tem origem na Petrobras. O investimento vem de obrigação estabelecida nos contratos de concessão de exploração de petróleo firmados com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Esse investimento deve ser de 1% da receita bruta gerada no campo em projetos de pesquisa e desenvolvimento em geral.

Os convênios na área de sequestro de carbono começaram somente há três anos, por meio da criação da Rede Temática de Sequestro de Carbono e Mudanças Climáticas -uma espécie de guarda-chuva que reúne todos os projetos bancados pela estatal.

Até hoje, a empresa diz ter aplicado R\$ 30 milhões em 37 projetos de pesquisa da rede. Segundo a estatal, cerca de 90% da rede está focada no desenvolvimento de técnicas de armazenamento geológico de carbono.

A Petrobras afirma, porém, que nada é aplicado na prática nos negócios da companhia -os projetos ainda estão, em sua maioria, em fase inicial. (BC)

## **Mercado Aberto (Folha de SP) 04/01/2010**

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Cenário fica mais positivo para os bancos

Um cenário positivo para o setor bancário nacional, com aumento do crédito, de um lado, e, de outro, redução de "spreads" e da taxa de inadimplência em novembro passado em relação ao mês anterior.

O panorama esboçado em relatório do Credit Suisse sobre o desempenho dos bancos reforça uma tendência para 2010, de acordo com analistas do banco.

Neste ano, os financiamentos devem subir ao menos 10%, principalmente por um forte desempenho no varejo, segundo analistas do Credit Suisse. A taxa de inadimplência também deve ser influenciada por um melhor desempenho no varejo, enquanto o corporativo deve reagir mais lentamente, segundo projeções do banco. A inadimplência deve chegar a 4,5% em 2010, estimam analistas.

Os empréstimos cresceram no total 1,6% em novembro com relação ao mês anterior e 16,7% em relação ao ano anterior, considerando a apreciação do real de 31,4% ante 2008.

O crédito em relação ao PIB alcançou 44,9% em novembro.

No varejo, o crescimento foi de 1,3% em novembro ante o mês anterior. Apesar do declínio no "leasing", de 1,1% no período, a maior parte das modalidades de financiamento apresentou resultado positivo. No cartão de crédito, a alta foi de 4,2% no período. No financiamento de automóveis, a taxa subiu 1,8% em novembro ante outubro e, no segmento corporativo, o aumento foi de 1,5%.

A inadimplência continuou a melhorar. No crédito comercial caiu dez pontos básicos em novembro. Os "spreads", por sua vez, caíram 90 pontos básicos em relação a outubro, sendo que no varejo a redução foi de 130 pontos básicos. No total, os "spreads" caíram de 26% para 25,1% em novembro.

## VOLEIO

A Tivit abre hoje uma unidade em Curitiba para dar conta de um novo cliente da área financeira. "Temos a possibilidade de vir a atender globalmente a este banco", diz Luiz Mattar, principal executivo da empresa especializada em terceirização de serviços de tecnologia. O investimento foi de R\$ 30 milhões. Em 2009, a Tivit cresceu menos do que o seu histórico de quatro anos, que tem sido de cerca de 30%, segundo Mattar, tenista profissional até 1995, que diz ainda não poder divulgar o resultado final. Em meados de dezembro, a empresa fez empréstimo de R\$ 150 milhões no BNDES, reajustado a TJLP mais 1,5% ao ano. Pouco antes do Natal, a BM&F Bovespa solicitou esclarecimentos em razão da alta de suas ações por dez dias. Em comunicado ao mercado, a empresa respondeu que não sabe explicar o que houve.

O que estou lendo

## EDIMAR RACHA

Consultor sênior do Itaú BBA: "Mais ou menos de economia, a única coisa que estou lendo é 'Shakespeare e a Economia', do Gustavo Franco. Se vale literatura, minha pilha atual contém 'O Seminarista', de Rubem Fonseca, 'Clarisse', de Benjamim Moser, 'The Humbling', de Phillip Roth, 'Too Much Happiness', de Alice Munrow, e 'Seven Types of Ambiguity', de Elliot Perlman"

Para onde olhar em 2010...

na área tributária

"A campanha eleitoral exigirá mais recursos em propagandas e benesses, fato que acarretará uma pressão tributária maior. Por outro lado, para 675 mil servidores públicos da União, o governo federal destinou R\$ 183 bilhões, incluindo inativos, só para mão de obra oficial. Ou seja, seis vezes todo o orçamento de São Paulo, a maior cidade do país, que tem 11 milhões de habitantes!

No orçamento de 2008, a mão de obra oficial consumia R\$ 126,9 bilhões. Osalto, em dois anos, foi fantástico. O PAC terá em 2010 apenas R\$ 29 bilhões e o Bolsa Família, pouco mais de R\$ 12 bilhões.

Pagamos tributos para sustentar os detentores do poder. Somos reféns da burocracia. A carga burocrática é aquela O advogado Ives Gandra que condiciona a carga tributária."

com JOANA CUNHA e ALESSANDRA KIANEK

## **Pré-candidatos, Serra e Dilma intensificam inaugurações (Folha de SP)** **04/01/2010**

Governo federal entregará 203 obras; SP concluirá metrô, Rodoanel e postos de saúde

Para virarem candidatos, tucano e petista têm que deixar cargos até 3 de abril; limite permitido por lei para inaugurações é junho

À esq., José Serra e Gilberto Kassab durante vistoria em obra do metrô na zona sul de SP

FERNANDO BARROS DE MELLO  
DA REPORTAGEM LOCAL  
SIMONE IGLESIAS  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ano eleitoral de 2010 será marcado por intensa agenda de inaugurações de vitrines dos dois principais pré-candidatos ao Planalto, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT) - respectivamente, líder, com 37% das intenções de voto, e vice-líder, com 23%, na mais recente pesquisa Datafolha. No ano em que pretende eleger Dilma como sua sucessora usando o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como bandeira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá inaugurar pelo menos 203 obras do programa, 131 delas já concluídas à espera de palanque, e outras 72 com previsão de término em 2010.

De fevereiro de 2007 -quando foi lançado o programa- até o fim de 2009, o presidente foi a 52 inaugurações. Neste ano, a participação de Lula e Dilma, até onde a Lei Eleitoral permitir, aumentará quatro vezes.

O presidente deixou para 2010 inaugurações de 178 escolas técnicas, tema que, depois de vitorias a obras de infraestrutura, dominou a agenda de viagens presidenciais país afora em 2009. São 51 escolas técnicas que já estão prontas.

O total de inaugurações supera o número de dias do ano, o que levará o governo a realizar megaeventos por regiões. Está agendada para janeiro inauguração conjunta de 78 escolas técnicas do Distrito Federal com transmissão

simultânea para cidades-satélite.

Entre as obras do PAC a serem inauguradas está o trecho norte da Ferrovia Norte-Sul, entre o Maranhão e o Tocantins. A obra tem custo de R\$ 1,63 bilhão e 719 km de trilhos. Em 2009, Lula, Dilma e o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), fizeram vistoria e inauguraram uma locomotiva.

Até junho (prazo limite para inaugurações), serão entregues duas usinas hidrelétricas e estão previstas as conclusões de linhas dos metrô de Belo Horizonte e de Salvador.

Na lista, há ainda parte das obras da transposição do rio São Francisco, a entrega dos primeiros navios construídos como símbolo de que o governo apostou na indústria naval, gasodutos e alcooldutos.

Entrarão na previsão de viagens de Dilma e Lula inaugurações de trechos de rodovias, de terminais hidroviários, portos, construção ou reformas de 21 usinas termelétricas, e ligações do programa de eletrificação Luz para Todos.

## Serra

Único pré-candidato do PSDB à Presidência neste ano, Serra também tem uma ampla lista de obras a serem entregues, especialmente nas áreas que são vitrines da sua administração e dominam as propagandas do governo na TV.

Se confirmarem as expectativas e anunciarem suas candidaturas, Serra e Dilma terão que deixar os respectivos governos até 3 de abril.

Em 2010, a administração Serra promete entregar 21 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades). Até hoje, foram entregues 19.

Entre janeiro e março, o governo prevê entregar mais de 5.000 unidades habitacionais da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado), muitas no litoral do Estado, por conta do programa Serra do Mar, de casas para famílias que ocupam área de mata Atlântica.

Além disso, estão previstos encontros para entregar quase 5.000 títulos de propriedade -no programa Cidade Legal. A habitação é outro tema que já divide os tucanos e a candidata petista, que comanda o projeto habitacional Minha Casa, Minha Vida.

No caso do ensino técnico, estão em fase final de construção para serem entregues cinco Fatecs (Faculdades de Tecnologia). Sempre que possível, Serra repete dados de que 93% dos egressos das Fatecs estão empregados até um ano após a conclusão do curso e que sua administração irá dobrar o número dessas faculdades.

Em março, Serra planeja entregar obras da Nova Marginal Tietê, projeto de R\$ 1,3 bilhão, dividido entre o governo e as concessionárias que administram as rodovias Anhanguera/ Bandeirantes e Ayrton Senna.

Também em março, o governo espera entregar o trecho sul do Rodoanel, que integrará ao sistema as rodovias Anchieta e Imigrantes. Aliados do governador prometem uma grande festa nesta inauguração.

O governo paulista também centra fogo nas obras do metrô. A promessa é que no primeiro trimestre estejam prontas as novas estações Faria Lima e Paulista, primeiro trecho da Linha 4-Amarela do Metrô.

O governo promete a inauguração das estações Sacomã, Tamanduateí e Vila Prudente (Linha 2 - Verde); a entrega da estação Tamanduateí da CPTM e a conclusão das obras de modernização e a ampliação de estações da Linha 9 Esmeralda (Osasco-Grajaú) da CPTM.

Outra promessa para 2010 é a entrega de 66 novos trens do metrô e da CPTM. Até 2009 apenas 19 foram entregues.

## TENDÊNCIAS/DEBATES

### **Os avanços do governo Lula e 2010 (Folha de SP) 04/01/2010**

RICARDO BERZOINI

O Brasil hoje é respeitado no mundo graças ao nosso projeto de desenvolvimento com geração de empregos e distribuição de renda

O BRASIL começa o ano com reconhecimento da grande maioria da população brasileira e da comunidade internacional da competência com que o governo Lula enfrentou e superou os reflexos da crise econômica mundial iniciada em 2008.

O espectro da turbulência ainda ronda inúmeras nações, mas aqui ainda há quem não dissimule a má vontade com a vitória que conseguimos, fechando 2009 com a criação de 1,4 milhão de empregos e a adoção de medidas que possibilitaram o Brasil retomar a trilha do crescimento sustentável.

Movida por motivos políticos-eleitorais, a oposição insiste em tapar o sol com a peneira e ofuscar, com o apoio de segmentos da mídia, a imagem do governo com factoides. Não apresenta nenhuma proposta concreta ao projeto em curso desde 2003. Às vésperas da campanha presidencial de 2010, o debate tem sido pobre e ainda inoculado de preconceitos que se julgavam superados.

Continua a bandinha da neoUDN, cujos acordes soam ao sabor da repercussão midiática de suas ações. No ano passado, tentou espalhar o pânico em torno da gripe suína, vencida pela ação eficaz do Ministério da Saúde. Criou-se uma CPI da Petrobras sem fato determinado; tentou-se surfar em declarações da ex-secretária da Receita Federal. Denúncias vazias que não resultam em nenhum avanço institucional.

Em contraste, os êxitos do governo do PT e aliados. De 2003 para cá, a significativa mudança social e econômica do país não surgiu por milagre.

Com responsabilidade, usando fundamentos econômicos inovadores que romperam com a lógica neoliberal do governo FHC, fizemos mudanças graduais, sem sobressaltos, resultando num quadro que elevou o Brasil a um novo patamar. Na era FHC, a meta única era o combate à inflação, com as dívidas interna e externa subindo e a credibilidade caindo. Faltava infraestrutura, que limitava o crescimento econômico. Quase tudo dependia de fora, inclusive do FMI, do qual agora o Brasil é credor. O governo Lula manteve o combate e logrou uma taxa de inflação menor, mas ampliou a abrangência da política econômica e monetária. Abriam-se novos mercados para nossas exportações, que triplicaram, mas ao mesmo tempo estimulou-se o mercado interno de massas, com políticas de estímulo ao consumo e, por consequência, de aumento da cidadania. A dívida interna caiu em relação ao PIB. A externa, líquida, não existe mais. Houve, portanto, um corte profundo em relação ao modelo anterior que gerou crises e quebrou o país três vezes. Em sete anos, recuperou-se o poder de compra da maioria da população, o volume de crédito à disposição da população alcançou níveis jamais vistos, com a menor taxa de juros em décadas. Em plena crise mundial, adotamos medidas estratégicas. O programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, poderá, em 15 anos, resolver o histórico déficit de moradia do país.

O país deverá chegar a 354 escolas técnicas no final de 2010, quase três vezes mais que o número existente em 2002; foi resultado de decisão estratégica, que já antevia a necessidade de preparação de mão de obra qualificada para o salto de desenvolvimento no país. O Estado foi fortalecido, e o Brasil ganhou força para enfrentar a crise. O salário mínimo teve um aumento real de 46% desde 2003, influenciando a pirâmide salarial. Para o PT e aliados, é evidente a necessidade de continuar e aprofundar o projeto vitorioso, que deu ao país uma nova feição, com grandes avanços em diferentes setores. O Brasil passou a ser respeitado no mundo graças ao nosso projeto de desenvolvimento com geração de empregos e distribuição de renda, preservando os interesses nacionais. O país deixou de ser subserviente aos interesses estrangeiros. Passou a ser ouvido sobre os destinos do mundo.

Para continuarmos o desenvolvimento nacional de forma ativa, o desafio em 2010 é mobilizar toda a sociedade para continuarmos avançando. Consolidar o projeto em curso.

Temos à frente, por exemplo, a obrigação de bem administrar os recursos do pré-sal para garantirmos, pela primeira vez, um desenvolvimento econômico com justiça social. Com o pré-sal o país poderá alcançar um patamar de grande potência, mas é preciso administrar seus recursos sob a ótica do interesse nacional. Por isso o convite à oposição para que apresente sua alternativa de governo. Afinal, em 2010, dois projetos serão cotejados pela população. Esse é o debate que se espera ser realizado de forma civilizada.

Desejamos que 2010 seja um ano de um grande debate político sobre o futuro do nosso país. Que seja um ano de saúde e paz para todos, da situação e da oposição.

-----  
RICARDO BERZOINI, 49, é bancário, deputado federal (PT-SP) e presidente nacional do Partido dos Trabalhadores.

## **Cresce a formalização do trabalho no Brasil, diz estudo (O Estado de SP)**

### **04/01/2010**

De camelôs a donos de pequenas fábricas, microempresários estão regularizando sua situação

Paula Pacheco

Aos poucos a formalização avança no Brasil e reduz o universo dos trabalhadores informais que ganham a vida em casa ou nas ruas. É o que mostram dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo o pesquisador Marcelo Neri, do Centro de Pesquisas Sociais (CPS) da FGV, a parte da população na categoria empregador aumentou de 3.347.564 (2007) para 4.095.249 (2008). Em parte isso acontece pela pressão dos formalizados sobre os informais.

"Imagine o impacto do McDonald's na Rocinha na vida do vendedor de churrasquinho. Isso acontece em diferentes tipos de negócio", analisa Neri.

Um dos empurrões para o crescimento das empresas formais foi a Lei do Microempreendedor Individual, em vigor desde junho. A previsão era que até dezembro se chegasse a 100 mil microempresários regularizados. Mas 2009 deve fechar com 110 mil, segundo previsão do Ministério do Desenvolvimento e do Sebrae. A adesão não foi maior porque nos primeiros meses o site para a regularização das empresas teve problemas.

#### **EMPREENDEDORES**

Outra peculiaridade de 2009 foi que pela primeira vez o número de empreendedores brasileiros por vocação superou os que procuraram ter o próprio negócio por necessidade, segundo pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que mede a taxa de empreendedorismo em vários países, inclusive no Brasil. A relação, que normalmente era de 50%,

passou a ser de dois terços para aqueles com vocação contra um terço para os abrem um negócio por necessidade. O estudo é feito pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), com o apoio do Sebrae.

"Isso tem a ver com o aumento da escolaridade e com o contexto econômico, que permite um melhor planejamento dos negócios. Além disso, os brasileiros estão cada vez mais interessados em adquirir conhecimento antes de montar um negócio", diz Ricardo Tortorella, superintendente do Sebrae de São Paulo.

Essas mudanças têm refletido também no índice de mortalidade das pequenas empresas. Há 10 anos, a cada 100 que abriam, 40 quebravam. Hoje a relação é de 27 para 100. Tortorella acredita que as micro e pequenas empresas foram as menos afetadas pela crise no último ano. Sem tradição exportadora, não sofreram com a retração no consumo internacional.

## CHEGUEI LÁ

Aldir, empreendedor nato, deixou Itapipoca, no interior do Ceará, em 1992 com destino a São Paulo na esperança de retornar à cidade natal como um homem de negócios bem sucedido. Com nove anos ele já ajudava os pais que tinham uma banca de frutas na rua. Foi aí, como um ajudante de ambulante, que Aldir tomou gosto pelo trabalho nas ruas e viu a possibilidade daquele ser seu ganha-pão.

Hoje aos 36 anos, Francisco Aldir Pereira Teixeira espera voltar a Itapipoca com a mulher Francisca Ardilene Magalhães Teixeira, a Lena, em breve para rever a família e mostrar como a vida mudou nos 17 anos em que vive em São Paulo. Há cinco meses o casal abriu uma loja de bijuterias no centro da cidade. Pequena, mas tudo muito caprichado. Os dois revezam entre as compras e o atendimento à clientela, com a ajuda de duas funcionárias - registradas, segundo Aldir. Além disso, o ex-ambulante tem uma funcionária num pequeno box de bijuterias, também no centro, e dois funcionários que trabalham em sociedade nas ruas da cidade.

O começo, é claro, foi difícil. Quando chegou a São Paulo, Aldir trabalhou como garçom por seis meses. Ficou mais um período na cidade e teve mais algumas idas e vindas entre São Paulo e Itapipoca. Até que decidiu que precisaria insistir. No começo dividiu um pequeno quarto com outros quatro cearenses. Decidiu que seria ambulante e vendeu de tudo um pouco: bolsas, doces, cachorro-quente, óculos, cachecol e guarda-chuva. Ele nem se lembra de quantas vezes precisou fugir da fiscalização. "Tive muita sorte de conseguir escapar tantas vezes. Esse é o maior risco para os camelôs, perder a mercadoria para o rapa e ver todo o dinheiro investido ir embora", conta.

Apesar das fugas da fiscalização, dos dias debaixo de chuva, do sol forte e de sofrer com o frio paulistano, Aldir persistiu. Quando chovia vendia guarda-chuva. No frio oferecia meia e cachecol. Assim conseguiu juntar dinheiro para alugar o box para vender bijuterias. Os negócios progrediram e ele montou a segunda loja. Hoje Aldir já fala em ter um terceiro ponto.

## FALTA DE PREPARO

Mas nem todo mundo chega as mesmas conquistas que Aldir. Rosimeire Rodrigues, ex-moradora de rua, é camelô na rua São Bento, no centro de São Paulo, há dois anos. Vende chocolate e água. Quando surge algum produto da moda, como as pulseirinhas coloridas de borracha que virou febre entre as adolescentes, ela procura diversificar. Com o aumento da fiscalização da prefeitura e da polícia militar, ela já se acostumou com a rotina de fechar a caixa de chocolates, pegar o cavalete e se embrenhar no meio dos pedestres. É só ouvir "olha o rapa, olha o rapa" e ela desaparece.

Ela não tem ideia do que é capital de giro ou outros termos do mundo dos negócios. Sabe que precisa pagar o chocolate comprado em um atacado à vista, com dinheiro. Gasta por volta de R\$ 27 na caixa grande, com 21 unidades. Vende um chocolate por R\$ 2 e três por R\$ 5. Rosemeire calcula que ganha por volta de R\$ 100 por dia. Por enquanto, segundo ela, não sobrou dinheiro para luxos. Ela e o marido, que ajuda nos negócios, moram de aluguel.

Pela experiência de Alexandre Tadeu da Costa, Rosimeire teria de mudar o jeito de administrar os negócios se quisesse progredir como microempresária. Precisaria reinvestir os ganhos no negócio para crescer e com o tempo se formalizar. Foi o que o dono da Cacau Show fez.

## PORTA EM PORTA

Costa virou empresário aos 17 anos. Inconformado por ter de trabalhar na família que se dividia entre vários negócios porta a porta, e ser tratado como "café-com-leite" por ser o caçula da família, ele decidiu partir para o próprio negócio. Pegou um catálogo de chocolates que a mãe guardava em casa e saiu pela vizinhança pegando encomendas para a Páscoa. Só esqueceu de checar na empresa se havia ovos de chocolate de todos os tamanhos.

Com a encomenda pela metade, teve a ideia de pegar US\$ 500 emprestados com um tio e correu para um atacado que vendia chocolates. Conheceu Dona Cleuza, que se sensibilizou com o sufoco do jovem e se propôs a ajudá-lo a dar conta da encomenda. Os dois passaram mais de 24 horas na cozinha até conseguir atender a todos os pedidos. Assim surgiu a Cacau Show, a maior rede do ramo no Brasil, com 750 lojas e previsão de faturamento de R\$ 270 milhões em 2009 - 70% a mais do que em 2008.

"Sempre brinco que a minha faculdade foi a 25 de março. Tem gente com problema que se abate. Outros procuram uma saída. É assim que pode surgir um empreendedor. No sufoco, sem trabalho, ele compra a caixa de doce por R\$ 10 e vende por R\$ 20. O segredo é sempre reinvestir o ganho e pensar onde se quer chegar."

Costa lembra que começar um negócio no Brasil não é fácil. Primeiro pela falta de capital para os informais. Além disso, a dificuldade em regularização da empresa. "Logo no início ouvi do Pedro Passos, da Natura, que seu eu quisesse ser grande, teria de ser formal. Foi o que fiz um ano depois de começar minha empresa."

## **Os recursos do FGTS (O Estado de SP) 04/01/2010**

Os trabalhadores poderão aplicar até 30% dos saldos de suas contas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em fundos de investimento em infraestrutura (FIIs), conforme medida aprovada pelo Conselho Curador do Fundo. Trata-se de uma nova opção para que os depositantes do FGTS, que em sua quase totalidade recebem apenas 3% ao ano de juros mais a TR, tenham melhor remuneração.

O FGTS tem ativos da ordem de R\$ 200 bilhões, disponibilidades em caixa ou títulos públicos de cerca de R\$ 60 bilhões e um patrimônio líquido superior a R\$ 25 bilhões. Maior fonte individual de recursos para a aquisição da casa própria, o orçamento anual do Fundo para Habitação é de R\$ 18 bilhões, tanto em 2009 como em 2010.

Desde 2007, o FGTS - mas não os depositantes, individualmente - está autorizado a aplicar diretamente seus recursos em FIIs, para os quais destinou R\$ 20 bilhões, não totalmente investidos até agora. Os FIIs, por sua vez, têm aplicado em projetos de infraestrutura (energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e saneamento). A remuneração contábil obtida pelo FII, nos últimos 14 meses, foi de 11,7%, segundo a Caixa Econômica Federal (CEF), responsável pela gestão dos recursos do Fundo.

Até agora, centenas de milhares de trabalhadores aplicaram até 50% dos recursos que tinham nas contas do FGTS em ações da Petrobrás e da Vale, com remuneração muito superior à garantida pelo governo ou à inflação. Essa possibilidade não deverá existir no processo de capitalização da Petrobrás, previsto para o ano que vem.

As novas aplicações dos trabalhadores em infraestrutura deverão estar disponíveis no início do ano, após a aprovação das regras pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ao mesmo tempo, a CEF deverá avaliar os projetos que poderão receber os recursos e divulgar os termos da opção dos trabalhadores pelo novo investimento.

O teto de aplicações será de R\$ 2 bilhões. "Se houver uma procura muito grande, vai haver rateio para que todos possam participar", declarou o vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da CEF, Wellington Moreira Franco.

Serão oferecidas aos trabalhadores aplicações de risco com prazo de carência de 12 meses. Vencida a carência, as aplicações que forem resgatadas voltarão para o FGTS, a exemplo do que ocorre nos Fundos Petrobrás e Vale. O levantamento dos recursos depositados no FGTS continua restrito às hipóteses legais, como perda do emprego, aposentadoria, doença grave ou a compra de imóvel, inclusive sob a forma de consórcios.

A nova modalidade de aplicação foi elogiada pelo presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, que prevê a necessidade de aumentar os investimentos no setor de R\$ 108 bilhões anuais, em 2008, para R\$ 160 bilhões, até 2014. De fato, a infraestrutura deficiente é um dos maiores gargalos da economia.

Mas a CEF terá de mostrar capacidade de avaliar a segurança e a rentabilidade dos projetos que se candidatarem aos recursos, para não pôr em risco as aplicações dos cotistas do FII-FGTS.

As verbas do FGTS já alimentam o BNDES, que vendeu R\$ 7 bilhões em títulos de baixa rentabilidade para outra carteira do FGTS, o Fundo de Investimento em Participações (FIP).

O interesse do governo é levantar recursos baratos para financiar as obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para tentar alavancar a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil.

Ocorre que o FGTS é a principal forma de poupança da maioria absoluta dos trabalhadores. Na sua concepção original, deveria financiar apenas a habitação e o saneamento básico. Se não o fez, foi devido à insolvência de Estados e prefeituras, que tornou difícil a aplicação dos recursos.

Há o risco, ainda, de que aplicações de prazo muito longo em infraestrutura resultem em falta de recursos para a habitação no próximo governo, se o ritmo de crescimento do setor de construção civil for tão rápido quanto esperam os empresários privados.

## **Custo Brasil ou vítimas da legalidade – 3 (O Estado de SP) 04/01/2010**

Carlos Alberto Sardenberg

Segue a série de depoimentos dos leitores e leitoras.

Com nota? - Do leitor Livio Euler de Araujo, químico industrial metalurgista, já aposentado, com 85 anos ("ainda trabalhando onde consigo ser aceito com essa idade, pois nessa "Terra de Deus" - dizem que Deus é brasileiro -, o aposentado, se não for rico, não consegue levar vida decente"), dois casos.

Primeiro: "Para montar uma cerâmica, encontrei uma fazenda na região de Sorocaba e, depois das habituais dificuldades burocráticas e financeiras, consegui trazer energia elétrica para o local. Firmei acordo com a proprietária da fazenda (para pagamento da retirada de argila). Montei quatro fornos e comprei o equipamento (misturador, maromba, correias transportadoras, bombas, tanque d'água e trator com escavadeira e carreta). Investimento, na época, de 300 mil cruzeiros. Admiti os operadores e um mestre encarregado e pus-me a vender a produção.

Não foi difícil fazer freguesia, pois meu produto era bom e o preço, de mercado. Passados alguns meses, verifiquei que movimentava bastante dinheiro, mas "estava trocando fava", isto é, apesar da produção, a receita mal dava (quando dava) para pagar as despesas com combustível, energia elétrica e pessoal, todo ele admitido com registro em carteira de trabalho. Nunca vendi uma só peça sem a respectiva nota fiscal. Minha contabilidade era transparente, recolhia todos os impostos e encargos sociais, mas o balancete no fim do mês não dava lucro.

Vendi a empresa, embora não tenha conseguido fazê-lo pelo preço que paguei. Depois dessa decepção, conversando com ex-concorrentes, um deles me perguntou: "Quanto você vendia sem nota?"

"Nem um cruzeiro", respondi.

"Você é doido, mês em que vendo menos que metade da minha produção sem nota é um mês ruim para mim."

Segundo caso: "Voltei a trabalhar na indústria, aprendi a reciclar alumínio e decidi fazer outra tentativa de me tornar independente. Observei que para reciclar alumínio (e outros materiais) a empresa está na dependência dos sucateiros, que são organizados entre si como um "sistema de máfia", com o qual eu não queria me comprometer. Concebi um sistema de obtenção de sucata de alumínio sem depender de sucateiros. Montei uma firma representante de alguns dos melhores fabricantes de painéis, caldeirões e frigideiras, etc. Estabeleci um sistema de venda porta a porta, em que recebia painéis velhos, amassados e inutilizados, como parte do pagamento pelas novas. Para andar de acordo com a lei imprimi talões de compra e, cada vez que recebia painéis sucateados como parte do pagamento, emitia uma nota fiscal de compra. Montei um depósito de painéis e iniciei esse serviço em domicílio, ou seja, porta a porta.

Funcionou e comecei a ter lucro. Isso durou até que fui visitado por um fiscal da subprefeitura do meu bairro, que, tendo examinado minha escrita (feita por um escritório de contabilidade), declarou abertamente que eu estava vendendo sem nota, e ele queria propina mensal para "não tomar conhecimento da minha sonegação". Eu me recusei a entrar no esquema, ao que o fiscal corrupto, como represália, lançou impostos "por estimativa" num valor de 600% do que eu realmente vendia. Fechei a firma no dia seguinte."

Justiça cara e ruim - Do leitor Cloder Rivas Matos: "Aluguei um imóvel a portador de extensa ficha policial, que minha pesquisa não constatou. Depois de assinar o contrato e receber as chaves, o sujeito desapareceu. Recorri à Justiça.

O juiz me obrigou a citar o acusado pelos jornais. Custo. O imóvel ficou fechado dois anos à espera de visita do oficial de Justiça. Perdi 24 meses de aluguel.

Ao ser citado, o acusado me ameaçou de morte, dizendo: "Para mim, uma a mais, outra a menos." Desisti da ação e paguei honorários do advogado. Meus direitos humanos foram desrespeitados e não recebi nenhum habeas corpus."

Regras para o governo - O leitor Luiz Otavio Carneiro sugere "que ao cidadão sejam garantidos os mesmos direitos que se dão ao Estado. Por exemplo: o Imposto de Renda pago a maior tem de ser devolvido à vista, ou incidirão multas, etc. sobre o Estado. Todo cidadão teria o direito de pagar seus compromissos "líquidos e certos" nas mesmas condições do precatório. Essa lei teria o nome de "pau que dá em Chico dá em Francisco". E também: "Que o agente do Estado - auditor da Receita, juiz, fiscal do INSS, etc. - que tivesse seus atos revogados pela Justiça por três vezes perdesse seu cargo, por incompetência. E para ser justo, o advogado que contestasse as decisões e perdesse por três vezes também perderia sua OAB. Essa lei teria o nome de "Strike 3" brasileiro, para lembrar lei parecida dos EUA."

Diz o leitor: "Sofri na pele o "custo Brasil" em autos de infração da Receita Federal absolutamente ridículos, mas que me levaram aos tribunais, em processos de fazer inveja ao Cirque du Soleil, por seu contorcionismo jurídico. O que aconteceu ao fiscal e aos juízes cujos erros foram provados? Nada.

Se existisse um único partido político capaz de colocar metas numéricas em seu plano de governo, eu me sentiria feliz. Metas para carga fiscal, meta para pagamento de juros, metas para participação do Estado no PIB e outras mais. Alguém duvida que, se o Brasil vendesse suas estatais - deixa a CEF, o BNDES e a prospecção da Petrobrás -, o País continuaria o mesmo, ou melhor, a dívida interna seria quase que anulada, permitindo reduzir carga fiscal e aumentar investimentos públicos?"

Colaboração - Cara leitor, cara leitora, tem histórias assim? Mande para os endereços abaixo.

\*Carlos Alberto Sardenberg é jornalista. Site: [www.sardenberg.com.br](http://www.sardenberg.com.br). E-mail: [carlos.sardenberg@tvglobocom.br](mailto:carlos.sardenberg@tvglobocom.br)

## **Petrobras pode vender parte de bloco de gás indiano (Estadão Online 06:07h) 04/01/2010**

Segundo fontes, a estatal indiana ONGC estaria negociando com a Shell e a BP o repasse da participação

Dow Jones

NOVA DÉLHI, 4 - A estatal indiana Oil & Natural Gas Corp. (ONGC) está em conversas iniciais com a Shell e a BP para repassar a essas empresas a participação da Petrobras num bloco de gás natural na bacia de Krishna Godavari, de acordo com um alto executivo da ONGC, que não quis ser identificado. A companhia brasileira, segundo o executivo, estaria planejando vender de volta à ONGC sua participação no bloco.

O executivo da ONGC não especificou o tamanho da participação que a Petrobras possui no bloco KG-DWN-98/2, na costa leste da Índia. O jornal Press Trust of India informou no final de semana que a companhia brasileira tem 15% do bloco e que planeja vender essa participação para se concentrar no desenvolvimento de suas descobertas em gás e petróleo no Brasil.

A ONGC, que atualmente possui 65% do bloco, havia transferido anteriormente uma participação de 25% para a Petrobras e a norueguesa Norsk Hydro Oil & Energy. Os outros 10% estão com a unidade indiana da empresa de exploração britânica Cairn Energy.

As informações são da Dow Jones.

Estratégia:

## **Projeto em Roraima realça papel energético da palma (Valor Econômico) 04/01/2010**

Fernando Lopes, de São Paulo

"Acreditamos que a palma é uma boa opção para a recuperação de áreas já desmatadas", diz Steagall, da BioFuels Constituída em março de 2008 e sediada em São Paulo, a Brasil BioFuels já iniciou o plantio de palma em Roraima para tentar aproveitar o potencial do mercado de energias renováveis no Norte do país. Muito dependente do diesel "importado" do Centro-Sul tanto para as atividades de transporte quanto para a geração de eletricidade, a região,

conhecida no mundo todo por abrigar a Floresta Amazônica, busca alternativas para limpar sua matriz energética e baratear custos.

A acionista majoritária da Brasil BioFuels é Marina Lagreca, e Milton Steagall é seu principal executivo. Ambos mantêm participações acionárias na Biocapital, também dedicada a biocombustíveis. Em fevereiro de 2008, a Biocapital cancelou uma planejada oferta de ações na bolsa em consequência da deterioração das condições do mercado, o que levou ao adiamento ou arquivamento de alguns projetos. Em entrevista ao Valor, Steagall disse que não participa mais das questões executivas da Biocapital.



Quanto aos planos da Brasil BioFuels, Steagall mostra-se um entusiasta. Segundo ele, já foram investidos cerca de R\$ 8 milhões, em capital próprio, na aquisição de terras no sul de Roraima e na fase inicial do plantio de palma na região. "Há 1,1 mil hectares comprados, 200 deles com plantio definitivo, com licença ambiental estadual. E já temos mudas para 1,4 mil hectares", informa. As plantações estão localizadas nos municípios de São João da Baliza e Caroebe.

Para acelerar a expansão, Steagall afirma que a BioFuels aguarda a publicação das diretrizes traçadas pelo primeiro zoneamento agroecológico da palma, que deve ser publicado pelo governo federal no início de 2010. "No passado, a Embrapa considerava a palma inapta para Roraima. Nas savanas do Estado de fato a palma não pega, mas no sul as condições são parecidas com as dos grandes produtores da Ásia. Acreditamos que a palma é uma boa opção para a recuperação de áreas já desmatadas".

A companhia obteve autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para se tornar uma produtora independente de energia e está montando uma termelétrica a base de biomassa (cachos e bagaços) da palma em São João da Baliza. A usina foi projetada para 16 megawatts, está em fase de aquisição de equipamentos e deverá entrar em operação até o fim de 2010. O investimento previsto é de R\$ 65 milhões, que ainda terá de ser equacionado. Bancos de fomento como BNDES e BASA aparecem como as principais opções para a obtenção de crédito.

Para que a usina tenha biomassa suficiente para não depender de terceiros, terá de contar com uma área de plantio ao menos 5 mil hectares. Conforme Steagall, o projeto da BioFuels prevê ampla parceria com a agricultura familiar local, e há tratativas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para acelerar o cadastramento desses produtores. Com o zoneamento agroecológico, esta parceria poderá contar com recursos do Pronaf. Com colheita manual, a cultura palma exige grande contingente de mão-de-obra.

O projeto da BioFuels prevê uma fábrica de biodiesel em Caracará, a 200 quilômetros da térmica de São João da Baliza. Programada para 2012 e orçada em R\$ 80 milhões, a unidade teria capacidade inicial para rodar com o óleo de palma de uma área de plantio de 5 mil hectares, ampliável para 10 mil. "A área está comprada e em fase de licenciamento ambiental", diz Steagall.

Como a palma só entra em fase de produção comercial em cinco anos - a vida útil da planta é de cerca de 35 anos -, os planos da Brasil BioFuels envolvem alternativas de plantio e matérias-primas para a geração de energia. Como até o quarto ano a palma não faz sombra, culturas como feijão e mandioca podem ser viáveis. Para a térmica, a ideia é usar a biomassa da acácia, já encontrada na região de São João da Baliza.

## **Tarifa social de energia (Valor Econômico) 04/01/2010**

Os cerca de 14 milhões de beneficiados pelo desconto automático da tarifa social de energia terão de se inscrever no cadastro único para programas sociais do governo federal para continuar recebendo descontos de até 65% na conta de luz. No último dia 16, a Câmara aprovou um projeto de lei para assegurar o benefício se destine à população de baixa renda. O desconto era oferecido a residências que consomem até 80 kWh por mês. Segundo o governo, o critério automático acabava beneficiando moradores de flats e casas de veraneio. Com a nova lei, os beneficiários passam a ser famílias com renda per capita de até meio mínimo.

## **Cemig cresce na Light (Valor Econômico) 04/01/2010**

A Cemig anunciou, na noite de quarta-feira, um acordo para aumentar sua participação no capital da distribuidora de energia Light. Em fato relevante, a companhia informou que haverá uma reorganização societária no consórcio Rio Minas Energia Participações (RME) - formado por Cemig, Andrade Gutierrez Concessões (AGC), Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações e Equatorial -, que controla a empresa carioca. Depois a Cemig comprará as participações da AGC e da Equatorial. O valor total do negócio poderá superar R\$ 1,6 bilhão. A Cemig comprará, por R\$ 785 milhões, os 13,03% da participação da AGC, com valor unitário de cada papel na transação de R\$ 29,54. A companhia mineira ficará também com parte da fatia que o Fundo de Investimento em Participações PCP (FIP PCP), controlador da Equatorial, possui indiretamente na Light, equivalente a 7,22% do capital social total e votante. Ao final, a Cemig ficará com participação direta na Light de até 39%.

## **Eletronuclear decide manter usinas funcionando (Valor Econômico) 04/01/2010**

Do Rio

Temendo um acidente mais grave, o prefeito de Angra dos Reis, Artur Jordão, pediu à Eletronuclear que desligasse temporariamente as usinas nucleares no município. O prefeito teme que, em um eventual acidente nuclear, não haja como evacuar a população já que a BR-101, que liga Angra ao Rio, estava totalmente interditada até o início da manhã de ontem e foi liberada em meia pista no meio da tarde. No entanto, a empresa decidiu mantê-las ligadas.

Segundo comunicado divulgado pela Eletronuclear, as usinas não oferecem risco à cidade já que num plano emergencial mais crítico, seria necessária a evacuação da população que mora num raio de 15 quilômetros do complexo de Angra 1 e 2, o que não atingiria o centro da cidade. Além disso, a continuação da mesma rodovia que liga à usina à Parati e ao Estado de São Paulo não está interrompida.

Na nota, assinada pelo presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, a empresa explica que usinas estão funcionando a plena carga e, por isso, são responsáveis por 40% do abastecimento de energia do Estado do Rio. Othon Luiz Pinheiro da Silva afirma que "desligar as usinas sem uma real necessidade técnica seria um ato de gestão irresponsável, dada sua importante contribuição ao funcionamento do Sistema Elétrico Interligado Nacional".

A empresa afirma, porém, que é possível desligar com segurança as usinas a qualquer momento, desde que seja detectada a necessidade com base em critérios técnicos. A Eletronuclear ainda explica que está dando apoio ao trabalho de resgate fornecendo refeições, máquinas, ônibus e mantendo de prontidão o hospital que patrocina. (P.M.)

Justiça: Por iniciativa própria, companhias tentam finalizar processos

## **Empresas buscam Judiciário para fechar acordos em ações (Valor Econômico)**

**04/01/2010**

Adriana Aguiar, de São Paulo

Empresas que respondem a um grande número de processos judiciais começam a ver na conciliação uma oportunidade de melhorar a imagem perante o mercado e reduzir custos gerados por ações judiciais. Em 2009, companhias como o Grupo Pão de Açúcar, a AES Eletropaulo e bancos como o Santander e Bradesco tomaram a iniciativa de procurar o Judiciário e propor acordos com o objetivo de encerrar processos. Na prática, a medida têm representado economia para as empresas.

Em agosto do ano passado, o Grupo Pão de Açúcar, por exemplo, procurou o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, para tentar fechar acordos em 368 ações herdadas do Sendas Distribuidora. Com a anuência da presidência da corte, foram realizadas 267 audiências de conciliação do grupo, em 17 sessões, entre agosto e dezembro. Mais da metade desses conflitos resultou em acordo, totalizando 154 processos a menos para a companhia. As negociações somaram R\$ 2,8 milhões - sendo R\$ 1,8 milhões de imposto de renda (IR) e recolhimento previdenciário (INSS). A AES Eletropaulo que investe na conciliação desde 2006, conseguiu reduzir de 20 mil para 9 mil os processos que tratam de fraude na obtenção de energia elétrica - prática conhecida como "gato" - segundo o advogado sênior da AES Eletropaulo, Alexandro Catanzaro Saltari. O Banco Santander, que possui um núcleo em seu departamento jurídico para cuidar de ações que possam resultar em conciliação, agendou diversas reuniões com tribunais do Rio de Janeiro e São Paulo para tentar um mutirão de julgamentos. As conversas ainda são incipientes e a mais adiantada é com o TRT do Paraná. O Bradesco também informou, por meio da sua assessoria de imprensa, que sempre está aberto aos métodos alternativos de solução de conflitos.

A desembargadora Gloria Regina Mello, que presidiu todas as audiências do Pão de Açúcar no TRT fluminense, afirma que a experiência foi positiva e pioneira no tribunal por ter sido uma iniciativa da própria empresa. "Optamos por não encaminhar propostas prontas sobre o valor oferecido ao ex-empregado, para que houvesse uma discussão mais aprofundada na audiência, que trouxesse uma maior satisfação para as partes envolvidas", diz. Todos os processos levados para a negociação tramitavam na segunda instância (com recurso de revista). Na maioria dos casos discutia-se o pagamento de horas extras, equiparação salarial e gratificações. O Grupo Pão de Açúcar também ficou satisfeito com os resultados. A assessoria de imprensa do grupo informou que essa foi uma forma de contribuir para o bom andamento do Judiciário e facilitar o andamento dos processos.

O sucesso da iniciativa, levou outras empresas a procurarem o TRT interessadas em realizar experiência semelhante, segundo a desembargadora. "Muitas vezes, a decisão judicial não satisfaz nenhuma das partes envolvidas. O acordo abrevia a tramitação do processo, soluciona o conflito e chega a um denominador comum", afirma Glória Mello.

O departamento jurídico da AES Eletropaulo também colhe os frutos do uso da conciliação. "Essa prática já nos rendeu excelentes resultados com relação à arrecadação imediata das condenações por fraude", afirma Alexandro Catanzaro Saltari, advogado sênior da empresa. Somente na última Semana de Conciliação - promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no início de dezembro - , a AES Eletropaulo indicou oito mil processos e arrecadou cerca de R\$ 600 mil, de acordo com o advogado. Para avaliar os processos que poderiam ser submetidos a uma conciliação, a empresa conta com uma central formada por dois advogados e 20 prepostos. Das ações indicadas pela empresa, cerca de 50% resultam em acordo, diz Saltari. "Há até juízes que nos citam como exemplo quando a questão é conciliação. E como servimos de modelo, já recebemos diversas visitas de empresas interessadas em implantar projetos semelhantes", afirma o advogado.

O diretor jurídico do banco Santander, Arnaldo Laudísio, afirma que uma das principais vantagens da conciliação está no fato de a medida reduzir o valor gasto com os processos, tais como encargos legais e juros, em ações em que não possuem chances de serem favoráveis ao banco ao fim da tramitação. Para selecionar processos com esse perfil e acompanhá-los, o banco dispõe de 12 advogados, dentre os 160 profissionais que formam o departamento contencioso da instituição financeira.

## **Conciliação é divulgada desde 2006 pelo CNJ (Valor Econômico) 04/01/2010**

De São Paulo

A divulgação dos chamados métodos alternativos de solução de conflitos - como a conciliação e a mediação - tem sido uma prática do Judiciário, que busca reduzir o número de processos existentes hoje na Justiça. O que se busca é mostrar à população que há outras formas, além da disputa judicial, para a resolução de problemas. Atualmente, a

possibilidade mais divulgada pelo Poder Judiciário é a conciliação. Desde 2006, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove o "Dia Nacional da Conciliação".

Em dezembro de 2006, 52 tribunais se mobilizaram para promover acordos. O sucesso da iniciativa levou o dia nacional a se transformar em Semana Nacional de Conciliação - que se repete desde então no mês de dezembro. A adesão do Judiciário e de empresas tem aumentado ao longo desses quatro anos e hoje conta com a participação de praticamente todos os tribunais do país.

Na última edição da Semana de Conciliação os acordos chegaram a mais de R\$ 700 milhões. O montante refere-se a um total de 81.613 acordos realizados pelas Justiças Federal, do Trabalho e Estadual, em mais de 184 mil audiências.

Além de promover a Semana de Conciliação, o CNJ estabeleceu dez metas a serem cumpridas por todo Judiciário com o objetivo de dar mais celeridade aos processos. Entre elas, está a "Meta 2", pela qual, até fim de 2009, todos os processos distribuídos até dezembro de 2005, deveriam ser julgados.

A 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, região metropolitana do Rio de Janeiro, foi a pioneira do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio a cumprir a Meta 2. O fato ocorreu durante a Semana de Conciliação. O juiz titular da vara, Roberto Fragale Filho, diz que entre os 15 processos analisados no período, estava o último processo de 2005 pendente de julgamento. A ação foi proposta por um ex-empregado do Sendas Distribuidora, adquirida pelo Grupo Pão de Açúcar. Apesar do êxito de muitos, a meta não foi alcançada por parte do Judiciário, caso do Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. (AA)

## **Juíza cria dia para partes negociarem (Valor Econômico) 04/01/2010**

De São Paulo

A juíza Mylene Pereira Ramos, titular da 63ª Vara do Trabalho de São Paulo, investe na aplicação da conciliação nos processos em que é relatora. Inconformada com a quantidade de processos que tramitam na Justiça e determinada a achar soluções mais amigáveis para seus julgados, dedica as últimas sextas-feiras de cada mês apenas para processos em que pode haver acordo entre as partes.

No início da prática, ela e seus funcionários selecionavam as ações que acreditavam ter mais chances de encerramento em audiência. Porém, aos poucos, empresas como a AES Eletropaulo, o Banco Itaú, o Santander e a Telefônica, começaram a se candidatar para incluir na pauta processos que tinham interesse em ver finalizados.

O projeto piloto, iniciado em 2008 já deu resultados ainda mais positivo em 2009. Um total de 221 ações entraram na pauta especial de conciliações e foram fechados 98 acordos durante o ano passado. "Um bom índice de conciliação, se compararmos com a média nacional obtida na última Semana de Conciliação, de dezembro passado, entre 35% e 40%", analisa a juíza. De olho nessa prática, outras duas varas trabalhistas do Estado de São Paulo também já começam a adotar projetos semelhantes, uma delas em São Paulo e outra em Santos, no litoral do Estado.

As vantagens para o uso da conciliação são inúmeras para as empresas, segundo Mylene Ramos, que está há 15 anos na magistratura. "Geralmente o valor final do acordo tem sido inferior ao que seria arbitrado em sentença". Segundo ela, além disso, os honorários de peritos e as custas processuais também podem ser negociados caso a caso quando se trata de empresas com dificuldade financeira. "Sem mencionar que a redução da litigiosidade também melhora a imagem da empresa no mercado", afirma. Para ela, a vantagem em relação ao trabalhador, seria o tempo. Segundo a magistrada, ele receberá uma indenização razoável em muito menos tempo. (AA)

Estudo:

## **IBM prevê impacto tecnológico em centros urbanos (Valor Econômico) 04/01/2010**

André Borges, de São Paulo

A IBM realizou um estudo sobre as tecnologias emergentes que devem mexer com a realidade das grandes cidades no mundo nos próximos cinco anos. A quarta edição do relatório batizado de "Next 5 in 5" baseia-se em tendências de mercado e tecnologias emergentes analisadas pelos laboratórios da IBM espalhados pelo mundo. O objetivo do estudo, comenta Cezar Taurion, gerente de novas tecnologias aplicadas da IBM no Brasil, é apontar as transformações que

podem ajudar a melhorar a vida nos grandes centros urbanos. "No curto prazo, os problemas das grandes cidades tendem a aumentar, mas a tecnologia é uma ferramenta poderosa para reduzir ou até mesmo eliminar esses problemas."

A cada semana, indicam dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de um milhão de pessoas deixam o campo para viver nas metrópoles. A rota mundial da urbanização tem levado aproximadamente 60 milhões de cidadãos para os grandes centros a cada ano. O resultado disso é que, desde 2007, a maior parte da população mundial já está concentrada nas cidades e a tendência é de que esse volume aumente nos próximos anos.

Para as cidades do futuro, os pesquisadores da IBM selecionaram cinco tendências que podem ajudar a melhorar a vida da população. Algumas delas podem parecer extremamente futuristas, mas, afirma Taurion, são características reais de centros urbanos que, nos próximos cinco anos, serão encarados como "cidades conceito", exemplos a serem seguidos em todo o mundo.

1. Sistemas imunológicos - Com o uso da internet, os governos e as autoridades de saúde saberão onde, quando e como doenças transmissíveis estarão se espalhando. Cientistas oferecerão a hospitais, escolas e locais de trabalho as ferramentas necessárias para aprimorar essa detecção, monitoramento e prevenção de infecções como o vírus H1N1 ou gripes sazonais. Esse avanço será possível com a integração de informações médicas anônimas, contidas em registros de saúde eletrônicos, que serão compartilhadas com segurança para impedir a disseminação de doenças. Projetos de segurança e saúde global como a Iniciativa de Ameaça Nuclear (NTI) e o Consórcio do Oriente Médio de Vigilância de Doenças Contagiosas (Mecids) já procuram padronizar métodos de compartilhamento de informações de saúde e análise de epidemias de doenças contagiosas.

2. Cidades como "organismos vivos" - As construções de prédios tendem a ser feitas de forma inteligente, integrando informações sobre sistemas de aquecimento, água, esgoto e eletricidade, que hoje são gerenciados de forma independente. No futuro, acredita a IBM, sensores instalados nas construções poderão monitorar desde a temperatura até a umidade e o uso da luz.

3. Redução de combustíveis fósseis - Cada vez mais, carros e ônibus urbanos tendem a depender menos de combustíveis fósseis. Os veículos começarão a utilizar novas baterias que serão recarregadas de acordo com a frequência de uso. Cientistas já estão trabalhando para desenvolver baterias que permitirão que veículos elétricos viajem até 800 quilômetros com uma única carga.

4. Saneamento inteligente - Tecnologias avançadas de purificação vão ajudar cidades a reciclar e reutilizar água localmente, reduzindo a energia usada para transportá-la em até 20%. Medidores e sensores inteligentes serão integrados em sistemas de água, energia e esgoto, fornecendo informações precisas e em tempo real sobre o consumo e os locais onde reparos são necessários.

5. Segurança - Sistemas permitirão que as cidades detectem situações de emergência mesmo antes de receber uma chamada sobre o problema. Em Nova York, por exemplo, o Departamento de Combate a Incêndio está utilizando um sistema para coleta e compartilhamento de dados em tempo real para reduzir a ocorrência de grandes incêndios e proteger bombeiros.

## **Siemens amplia aposta em energia (Valor Econômico) 04/01/2010**

Josette Goulart, de São Paulo

A companhia decidiu manter os investimentos em sua primeira fábrica de capacitores no mundo

A fábrica de transformadores da Siemens do Brasil em Jundiaí (SP) vai ganhar uma ampliação de 2.500 metros quadrados nesse ano, como parte do orçamento de investimentos de US\$ 150 milhões a US\$ 200 milhões no país. Também está prevista a construção de uma fábrica de turbinas eólicas, a ser definida depois de fechados os contratos com os vencedores do leilão de dezembro. Com isso, a Siemens diversifica seu portfólio para o setor de energia no Brasil, que não foi afetado pela crise. A companhia decidiu manter os investimentos em sua primeira fábrica de capacitores no mundo, que foi erguida ao longo do ano passado em Jundiaí e começou a operar em dezembro, com a produção de 2010 já totalmente vendida.

Energia: Em dezembro, companhia inaugurou sua fábrica de capacitores, a primeira dela no mundo

## **Siemens do Brasil vai ampliar fábrica de transformadores (Valor Econômico)**

**04/01/2010**

Josette Goulart, de São Paulo

Duarte, da Siemens: metade da produção de transformadores é para exportação e acredita em câmbio torno de R\$ 2. A fábrica de transformadores do complexo industrial da Siemens do Brasil em Jundiá, interior de São Paulo, vai ganhar uma ampliação de 20% na sua capacidade de produção e terá uma área de 2.500 metros quadrados a mais este ano. O projeto integra o orçamento estimado entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões de investimentos no Brasil em 2010. Parte desse orçamento também prevê a construção de uma fábrica de turbinas eólicas, mas esse investimento só será definido depois de fechados os contratos com os vencedores do leilão realizado em dezembro.

Com isso, a empresa alemã reforça seus investimentos no setor de energia no Brasil, área que não foi barrada nem mesmo com a crise financeira internacional. A companhia decidiu no início do ano passado, por exemplo, manter a construção de sua primeira fábrica de capacitores no mundo, erguida também em Jundiá, e começou a operar em dezembro, já com toda a produção de 2010 vendida.

Os capacitores são usados em linhas de transmissão de longas distâncias para aliviar a tensão nos momentos em que se consome menos energia. Os investimentos nessa fábrica vieram na esteira da expectativa de crescimento dos investimentos em linhas de transmissão desse porte no país, que devem ser realizados após concretizadas as licitações de grandes usinas hidrelétricas. A Siemens não vai fornecer esse tipo de equipamento para os linhões do Madeira, que vão ligar as usinas de Santo Antônio e Jirau ao Sudeste. Mas projetos como os de Tapajós e Teles Pires e outros empreendimentos no Norte influenciaram a decisão dos investimentos. "Nos próximos 20 anos o mercado interno terá grande expansão", diz Newton Duarte, diretor de energia da empresa.

A maior parte da produção de capacitores dessa fábrica será num primeiro momento exportada, e servirá para suprir os próprios projetos que a Siemens já tem em outros países. A empresa deixa de adquirir capacitores de fornecedores e passa a suprir projetos de linhas de transmissão e subestações no Brasil.

Quando a Siemens decidiu manter os investimentos na fábrica de capacitores, o dólar vivia na época uma valorização frente a moeda brasileira em função da crise. Cenário que se inverteu completamente no fim do ano passado. Enquanto em 2008 o dólar fechou com uma valorização de 34%, encerrou 2009 cotado a R\$ 1,74, com queda de 25% frente a moeda brasileira. Duarte diz que essa queda fez os projetos brasileiros perderem competitividade, já que as exportações são registradas em dólar. Mas ele acredita que o câmbio encontrará um equilíbrio na casa dos R\$ 2 por dólar.

Mas não é só a fábrica de capacitores que sofre com a desvalorização da moeda americana. Os próprios transformadores fabricados pela Siemens, que terão sua capacidade de produção ampliada em 20%, também são em grande parte exportados. Da pauta de exportações brasileiras de transformadores de cerca de R\$ 400 milhões, metade é de produtos Siemens.

Com o projeto da ampliação da fábrica de transformadores, a empresa vai passar a produzir no Brasil equipamentos de até 800 kV, que devem atender principalmente a demanda industrial. Metade da produção entretanto será exportada, como a empresa já faz com os transformadores de 230 kV.

Para 2010 também é grande a expectativa da empresa com a fabricação de turbinas eólicas. Em dezembro, o governo federal realizou o primeiro leilão de energia eólica e nos próximos 24 meses quase 2.000 megawatts (MW) serão instalados e vão requerer cerca de mil aerogeradores e investimentos estimados entre R\$ 7 bilhões e R\$ 9 bilhões. "Nosso investimento vai depender dos contratos que fecharmos", diz Duarte.

## **PT tentará reduzir dependência de Dilma em relação a Lula (Valor Econômico)**

**04/01/2010**

Raymundo Costa, de Brasília

Dilma com Lula em inauguração de obras do PAC, no Rio: sempre à sombra. No momento em que sair do governo para se candidatar às eleições de 2010, no início do próximo abril, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) deixa o abrigo seguro do governo e cai nas mãos do PT. Serão três meses sem poder inaugurar obras ou se apoiar no carisma e popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os petistas pretendem usar a pré-campanha para dar mais experiência e tentar diminuir a excessiva dependência da candidata em relação ao presidente.

Trata-se de um período temido por todos os candidatos, uma espécie de "buraco negro" que se estenderá até 6 de julho, uma terça-feira a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral por meio de carros de som e comícios, entre outros - a propaganda gratuita no rádio e na televisão só começará no dia 17 de agosto. É ruim para todos, mas pior para uma candidatura que saiu do zero, como é o caso de Dilma, criação exclusiva de Lula. Um intervalo de tempo perigoso que o PT tentará driblar no limite da legislação eleitoral.

São três as datas de sustentação do programa em preparação no PT. A primeira delas será a desincompatibilização, no fim de março ou início de abril. A segunda será 13 de maio, quando vai ao ar o programa partidário do PT relativo ao primeiro semestre de 2010 - o programa do último semestre do ano passado dá a medida exata do que o PT pretende fazer no rádio e na televisão. Por fim, a convenção nacional para a indicação oficial da candidata, em junho (a legislação prevê o período entre 10 e 30 de junho). A chapa será registrada no dia 5 de julho, um dia antes do permitido para propaganda.

Nos cálculos do PT, Dilma chegará ao início de abril com algo em torno de 26%, 27% das intenções de votos nas pesquisas de opinião. Até março, a ministra dará seguimento a uma intensa agenda de governo, a tiracolo de Lula, a exemplo do que fez durante o ano de 2009, com êxito. Até os partidos adversários do PT avaliam que Dilma chegará rapidamente aos 30%, nas pesquisas. As dúvidas são sobre o quanto ela será capaz de somar a partir desse patamar. O PT pretende devolver o bastão a Lula, quando a propaganda for permitida, para o presidente dar apenas o empurrão que falta à vitória.

O ano que passou só acaba para a ministra Dilma Roussef em outubro de 2010. Ela nunca viveu um ano como 2009, que começou sob a apreensão de um câncer linfático, curado, segundo os médicos, e prosseguiu sob uma intensa agenda para tornar a candidata do PT a presidente conhecida dos brasileiros.

Ela foi ao Círio de Nazaré, festa religiosa que atrai cerca de 2 milhões de pessoas anualmente à capital do Pará, e à igreja do Nosso Senhor do Bonfim, em Salvador, vestida toda de branco como reza a tradição religiosa e a de candidatos. Entre um ato e outro teve tempo para confraternizar com os 'camaradas' do PP, o partido de Paulo Maluf que faz exigências para apoiar sua candidatura, e embrenhar-se pelo sertão nordestino numa viagem de inspeção das obras de transposição do rio São Francisco.

Dilma também foi a Manaus para uma reunião dos países do pacto amazônico e inaugurar uma refinaria da Petrobras, num improvisado pavilhão de lona onde fazia 41 graus à sombra. Da capital abrasadora do Amazonas seguiu viagem para a gélida Copenhague, na Dinamarca, como chefe da delegação brasileira na conferência do clima. Fora do hotel e do Bella Center, o centro de convenções que abrigou a CoP-15, a temperatura congelava em três graus negativos e sensação térmica de menos 13. Dilma esteve também no Recife, onde comparou o maracatu com um bloco carnavalesco. Chegou ao fim do ano literalmente exaurida, segundo assessores. "Estressada", de acordo com outros que prestam serviço à ministra.

Para preencher o tempo entre as três datas, o PT deve programar viagens de Dilma aos Estados, sobretudo para fechar alianças estaduais. Com a candidata consolidada em segundo lugar nas pesquisas, integrantes do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) do partido acreditam que esses eventos atrairão o que no jargão das campanhas é chamado de "mídia gratuita", ou seja, a imprensa nacional. No corpo a corpo com os jornalistas é esperado que a candidata cometa gafes - mas a ideia é que esse contato faça parte do aprendizado para a campanha eleitoral propriamente dita. Aí sim, a candidata não pode mais errar.

É um período no qual Dilma pode se impor pessoalmente, como se espera e torce no PT. Nos atuais eventos de governo, Dilma torna-se uma figura secundária no momento em que Lula sobe ao palco. Por causa do carisma do presidente, que domina como poucos os segredos dos palanques, mas também porque a própria Dilma coloca-se num segundo plano seja por motivos cerimoniais seja pela presença dominante do presidente da República. Sem a concorrência de Lula, Dilma pode mostrar-se por inteiro, assumir efetivamente a candidatura e até criticar decisões do governo federal.

Essa é uma linha fina a ser cuidadosamente ajustada com o Palácio do Planalto. Em 2002, o então candidato José Serra bateu na Petrobras por causa de um aumento no preço do gás, em plena campanha. Foi manchete nos jornais, mas ignorado por um governo que destilava impopularidade. Lula, antes disso, é popular, mas o PT acredita que pode desenhar a linha política, nem sempre convergente com a do governo, da campanha da ministra, assim que a agenda sair do Palácio e ficar a cargo do partido.

Um problema a mais numa campanha em cujo horizonte avistam-se disputas internas de poder e dificuldades na composição com os aliados. O PMDB, por exemplo. O partido até chegou a discutir a indicações do ministro Hélio Costa (Minas e Energia), do prefeito de Goiânia, Iris Resende, e do governador Paulo Hartung (Espírito Santo) para a vice de Dilma na chapa do PT. Com a sugestão de Lula para o partido indicar três nomes, os pemedebistas fecharam com o de

seu presidente, deputado Michel Temer (SP). Discussão inacabada, a coligação com o PMDB deve consumir boa parte da pré-campanha da ministra.

Uma pré-campanha que já se estende por mais de um ano e que se manteve depois da descoberta de que Dilma tinha um câncer linfático. Segundo levantamento do cientista político Ulisses Rapassi, a média mensal de eventos aos quais Dilma compareceu em 2009, de acordo com a agenda publicada da ministra, foi de 51 compromissos. "No segundo semestre, a recuperação da saúde da ministra, as discussões em torno do pré-sal, a participação na CoP-15, o anúncio da escolha do Rio de Janeiro como sede da Olimpíada culminou com 75 eventos na agenda", diz Rapassi, um atento escrutinador da agenda de Dilma.

Em 2009 foram 621 eventos, contra 768 no ano anterior (o problema de saúde da ministra foi decisivo para a diminuição). Eventos ligados ao PAC, pré-sal e à área de infraestrutura mantiveram o destaque de 2008. "Somados aos encontros com ministros deste mesmo setor, representam juntos mais de 20% de toda a agenda, nada mais natural, devido à importância estratégica desses investimentos e, claro, para qualquer candidato à Presidência da República", diz Rapassi.

O cientista político anotou também que cresceu o número de audiências públicas de Dilma a parlamentares - foram oito contra três de 2007 -, atenção especial aos governadores (3% da agenda), eventos com movimentos sociais (5%). "A inovação, neste ano (2009), foram as coletivas e entrevistas a órgãos da imprensa, inclusive estrangeiros", registrou Rapassi.

De fato, 2009 é um ano que para Dilma Rousseff só termina em outubro de 2010. O PT quer fazer da pré-campanha, também, um momento de aproximação da ministra com o próprio PT e com os movimentos sociais, alguns dos quais se distanciaram do Palácio do Planalto na era Lula. Antes disso, até o fim de março, a agenda é do Planalto e ela guarda surpresas cinematográficas como foi a viagem de inspeção às obras do rio São Francisco: Guaribas (PI), onde começou o Fome Zero, marco do viés social do governo Lula.

## **Ameaça de militares é rejeitada por adversários (Valor Econômico) 04/01/2010**

De São Paulo

A ameaça de setores militares de expor o passado "terrorista" da ministra Dilma Rousseff, na campanha eleitoral, é rechaçada pelos demais candidatos a presidente, entre os quais se acha um ex-exilado, o tucano José Serra, e pelo próprio ministro da Defesa, Nelson Jobim. A ministra participou da luta armada contra o regime militar, no fim dos anos 60.

O assunto ressurgiu na última semana de 2009, quando foi noticiado que Jobim ameaçara demitir-se caso a Lei de Anistia fosse reexaminada, como propunha a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SDH). A Defesa e a SDH haviam se entendido sobre os termos de um decreto a ser assinado pelo presidente, mas o que foi divulgado na semana do Natal era diferente do combinado.

Jobim procurou Lula e disse que havia assumido o compromisso com os comandantes das três Forças de que não haveria revanchismo contra os militares, mas eles contribuiriam na investigação sobre os desaparecidos do regime militar. O texto do decreto sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos anunciado, segundo Jobim, retirava sua "autoridade" como comandante e o impediria de continuar à frente do cargo. Em momentos diferentes, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica disseram que sairiam junto com o ministro.

Lula havia pedido um texto de consenso para criar a "Comissão da Verdade" que era pedida pela SDH. O texto levado a ele não tinha consenso nem no nome: Jobim sugerira "Comissão da Verdade e da Reconciliação", como foi feito na África do Sul e deixava subentendido que não haveria "revanchismos" e o reconhecimento da Lei da Anistia. Lula, que passara os dias em que o texto foi preparado empenhado nas negociações da conferência do clima, logo percebeu que não havia consenso algum e pediu tempo a Jobim.

O mais provável é que o presidente, no decreto a ser assinado, procure compor as duas partes, mas manter inalterada a Lei da Anistia. Decisão contrária deve levar à demissão do ministro e da cúpula das Forças Armadas, abrindo uma crise com os militares em pleno ano eleitoral. É tudo o que o governo não quer, no momento em que se acha engajado na eleição de Dilma.

Assunto corriqueiro dos oficiais de pijama, como é chamada a reserva, o passado na guerrilha de ministros de Lula, desta vez, mobilizou até vozes anônimas na ativa, conforme publicaram os jornais. Um dos melhores momentos de Dilma, no governo, deu-se quando ela foi inquirida pelo senador José Agripino (DEM-RN) por ter "mentido" sob tortura.

Emocionada, Dilma rebateu: "Me orgulho muito de ter mentido, pois mentir na tortura não é covardia. Aguentar tortura não é fácil, somos muito frágeis. O senhor não imagina o quanto é insuportável a dor. Por ter mentido, salvei companheiros". (RC)

Petróleo: Instrumento do mercado de capitais permite financiamento de pequenas empresas com juros menores que os cobrados por bancos em empréstimos.

## **Petrobras lança dois fundos para financiar fornecedores (Valor Econômico)** **04/01/2010**

Por Sergio Leo, de Brasília

Almir Barbassa, da Petrobras: compras de quase R\$ 100 milhões por dia

A Petrobras inicia 2010 como cotista em dois novos fundos destinados a financiar a custo mais baixo os fornecedores da estatal, com adiantamentos às empresas que podem chegar a R\$ 4 bilhões. O instrumento adotado é o fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), que antecipa ao fornecedor os recursos a serem recebidos pelas vendas à Petrobras. O primeiro desses FIDC, comandado pelo HSBC, já começou a operar, e, nos últimos dias de 2009 a estatal lançou comunicado oferecendo cotas a grandes investidores. O segundo, com o banco Pactual, deve iniciar operações nesta semana.

"Nossos fornecedores, principalmente pequenas e médias empresas, pagam juros muito elevados, que chegam a 200% do CDI", disse ao Valor o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Almir Barbassa, ao revelar o lançamento dos FIDC com o HSBC e com o Pactual. Segundo o diretor, outros seis fundos do gênero estão em análise pela estatal. Com o FIDC, as empresas fornecedoras podem obter capital de giro a um custo em torno de até 1,3% acima do CDI, segundo Barbassa.

Por enquanto, já está operando a primeira série do FIDC do HSBC, com capital de R\$ 10 milhões, dos quais R\$ 4 milhões colocados pela Petrobras. "O resto dependerá do sucesso do fundo: à medida que crescer a necessidade vamos completando nossa cota", disse Barbassa.

O fundo do HSBC recebeu nota AA da classificadora de riscos Fitch para as cotas sênior (que têm garantia de pagamento da Petrobras em caso de inadimplência do fornecedor); e o do Pactual tem classificação AA+ da Standard & Poor's. Há cotas de maior remuneração, sem garantias adicionais, conhecidas como mezanino, com classificação ligeiramente inferior (A, no caso do HSBC). No momento, diz o diretor, não há planos de emissão de cotas no mercado, o que poderá acontecer no futuro.

"No fundo, quem paga o custo do financiamento somos nós", lembrou ele. "Procuramos mecanismos para reduzir o risco de quem empresta e o custo de quem recebe o empréstimo, sem onerar ninguém." Além de pagar menos pelo capital de giro, a empresa não paga IOF, porque a operação com o FIDC é registrada como uma venda de ativos (recebíveis), e não um empréstimo. Pelo mesmo motivo, a empresa contabiliza a operação como "adiantamento de receitas futuras", evitando aumentar a coluna de passivos de seu balanço patrimonial.

A redução de custos para fornecedores tem o objetivo, também, de estimular mais empresas a produzir para a estatal, defende o diretor. Ele informa que a Petrobras trabalha "intensamente" para ampliar o cadastro de fornecedores, das empresas que poderão se beneficiar com o FIDC. O Petronet, canal de compras eletrônicas da estatal, já tem 57 mil fornecedores listados; somam 4,8 mil as fornecedoras regulares, inscritas no cadastro de fornecedores de bens e serviços.

"Queremos garantir o fornecimento do que precisamos a um custo competitivo e dar oportunidade para as empresas brasileiras crescerem", argumenta.

Ele pede que os empresários com potencial de fornecer à Petrobras procurem as páginas de internet da empresa onde podem se cadastrar e conhecer as demandas da estatal. Elas podem ser encontradas pelos sites [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br), no atalho para "canal fornecedor" ou no portal do Prominp, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, [www.prominp.com.br](http://www.prominp.com.br).

Com o cadastro, a empresa passa a ser informada das licitações da estatal. A Petrobras dá aos fornecedores uma nota de desempenho, com base no cumprimento dos contratos, pontualidade, qualidade do serviço ou mercadoria, que servirá para a avaliação do banco no julgamento do pedido de recursos do FIDC. "A previsão de compras da Petrobras é de R\$ 3 bilhões, quase R\$ 100 milhões por dia", afirmou Barbassa.

Em 2009, ele chefiou missões da empresa a oito países: Japão, Coreia, Cingapura, Itália, França, Inglaterra, Noruega e Canadá, divulgando as necessidades de compras para assegurar os investimentos e manutenção da empresa. "De parafuso a sondas de perfuração, queremos que venham produzir no Brasil, porque tem quem compre", insistiu o diretor.

"Queremos competição e redução de custos", comentou Barbassa. Ele se diz entusiasmado com o interesse nas viagens, em que compareceram, em média, 200 a 300 empresários. "Não fomos buscar estaleiros, mas os fornecedores dos estaleiros; se vierem 5% dos que apareceram, já estamos contentes."

Grandes empresas devem anunciar em breve a instalação de centros de pesquisa voltados à perfuração das camadas de pré-sal, revelou Barbassa. "Temos hoje produtos muito específicos, como um que tem três fabricantes no mundo e os três virão se instalar no Brasil", contou ele, fazendo mistério sobre as empresas. Ele convida os interessados a procurar a Petrobras, em sua área financeira, para saber como operar com os FIDC, estruturar os recebíveis e ter "todas as informações que precisarem".

Cidades

## **Agronegócio - Biocombustível desafia o mercado (Correio Popular) 04/01/2010**

Valorização das políticas voltadas para o etanol e o biodiesel vai refletir no setor de agronegócio

Renan Magalhães  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
renan.santos@rac.com.br

Diante de um mundo cada vez mais preocupado com a preservação do meio ambiente e os problemas acarretados pelas mudanças climáticas, os biocombustíveis entram em 2010 com óbvio papel de destaque. Por isso, mesmo com o interesse do governo brasileiro pelo petróleo do pré-sal, as políticas voltadas para o etanol e o biodiesel serão valorizadas e vão influenciar significativamente no campo do agronegócio.

Para os produtores de cana-de-açúcar, a perspectiva para o ano é bem mais otimista do que em relação aos últimos dois anos, quando muitos deles enfrentaram prejuízos com a produção. O açúcar deve continuar valorizado no mercado internacional, ao mesmo tempo em que o consumo do etanol deve ultrapassar o da gasolina no País.

O diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), Antonio Padua Rodrigues, prevê que a safra brasileira de cana, que começa a ser colhida a partir de março, deve crescer 6% neste ano. "Mesmo assim o aquecimento da demanda será ainda maior do que o da oferta. Queríamos ter mais etanol para vender", diz.

O analista mostra que 57% da safra deve ser destinada para a produção de etanol, enquanto o restante vai para açúcar — proporção de divisão bastante semelhante à da safra anterior. "Safras anteriores foram integralmente destinadas à produção de etanol, mas como nos últimos anos o açúcar se valorizou como commodity no mercado internacional, esse quadro mudou", explica.

A grande preocupação dos produtores é em relação às chuvas, já que no ano passado elas prejudicaram significativamente a safra. Rodrigues conta que, mesmo com o aumento na safra de 6,5% — o que representou 538 milhões de toneladas de cana moída —, houve queda de 1% na produção. "A cana colhida foi de baixa qualidade, e perdemos sete litros de etanol por tonelada em razão disso. O problema é que o inverno foi bastante chuvoso, o que interferiu no processo."

O diretor do Centro de Cana-de-Açúcar do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Marcos Guimarães de Andrade Landell, também compartilha de projeção semelhante. Para ele, as excessivas chuvas terão um lado positivo, propiciando boas brotas de cana para a próxima safra. Estrategicamente, o ano será importante para a ampliação do mercado externo do etanol. "Existe uma boa possibilidade de que o etanol se transforme em commodity nesta década, já que estão começando a ver que a produção do etanol é uma grande oportunidade no mundo. E não podemos esquecer que Brasil e Estados Unidos saem na frente, porque detêm 90% da produção do etanol mundial", afirma.

Como São Paulo lidera a canavicultura brasileira, Landell analisa que o Estado deve contar com os efeitos benéficos dessa condição, e que já está buscando se adequar para essa situação. "Os investimentos em pesquisa são crescentes, e vemos que o cultivo e produção estão cada vez mais mecanizados e em busca de um processo sustentável. Tanto é que, até 2014, não haverá mais queima de cana em todo o Estado", mostra.

## Biodiesel

Em relação ao biodiesel, também estão previstas algumas mudanças. A partir de agora, a adição de biodiesel ao óleo diesel aumentou de 3% para 5%, com o chamado B5. Com isso, a demanda do Programa Brasileiro de Biodiesel deve crescer ainda mais.

O presidente do Instituto de Sociedades em Desenvolvimento Auto Sustentável (Isdas), Antonio Carlos Lima Nogueira, também professor da Faculdade de Tecnologia (Fatec), avalia que o projeto tende a crescer bastante nos próximos anos, mas que ainda esbarra em problemas de falta de suprimento. “O grande problema do biodiesel é que ainda precisa de um aprimoramento da provisão das matérias-primas. A soja, que atualmente representa 79% do suprimento, é uma commodity e, por isso, tem um mercado bastante instável, o que representa sempre um risco para sua utilização em usinas de biodiesel. O segundo posto é do sebo bovino, o que não representa a melhor opção em termos de impactos ambientais”, comenta.

Para ele, a solução passa por um trabalho do governo junto aos pequenos produtores para a produção de matérias-primas aliada ao cultivo de alimentos, além de pesquisas com alternativas promissoras, como o pinhão-manso. “É preciso um projeto que garanta o suprimento, com a congregação de esforços de governos, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos para a montagem de sistemas produtivos de biodiesel com base em matérias-primas agrícolas ou com a coleta do óleo diesel residual de cozinha.”

### Pesquisas já testam a celulose

No campo da pesquisa, o coordenador do Laboratório de Hidrogênio da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ennio Peres da Silva, aponta que o grande desafio para a próxima década é conseguir a obtenção de etanol a partir da celulose. Para isso, cientistas querem descobrir ou desenvolver uma bactéria capaz de realizar a chamada hidrólise enzimática para realizar o processo. “Seria a descoberta da década ou até mesmo do século. Pois a partir daí praticamente qualquer vegetal, madeira e resíduos agrícolas seriam capazes de gerar etanol. Atualmente, já temos enzimas que fazem isso disponíveis, mas o processo ainda é muito caro”, observa.

Em relação ao biodiesel, Silva aponta que as expectativas estão voltadas ao aumento da escala de produção com os diversos projetos já existentes. “Isso é importante para se reduzir os custos de produção e tornar o biodiesel mais competitivo.”

Mesmo assim, uma dúvida ainda paira no ar: com todo o alarde em volta do petróleo do pré-sal, como é que vão ficar os investimentos voltados para os biocombustíveis? O pesquisador reconhece que a conjuntura atual pode se alterar tanto em função do agravamento dos problemas ambientais quanto pelas dificuldades da economia. “É algo que ainda não está claro e, por isso, esse quadro pode se transformar nos próximos anos”, conclui. (RM/AAN)

### Mamona, pinhão-manso e girassol são opções

Plantas são consideradas estratégicas para o desenvolvimento energético

Desde o final do ano passado, quatro centros de pesquisa do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, estão credenciados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para desenvolvimento de projetos na área de biocombustíveis com investimentos da Petrobras. Com o credenciamento, o IAC deve intensificar as atividades de pesquisa e desenvolvimento na área e liderar projetos multi-institucionais financiados pela empresa de energia.

Os quatro centros de pesquisa credenciados são: Centro de Horticultura, Centro de Grãos e Fibras, Centro de Ecofisiologia e Biofísica e Centro de Recursos Genéticos Vegetais — todas essas unidades, situadas em Campinas, foram avaliadas com foco na produção de biocombustíveis.

A coordenadora do Centro de Grãos e Fibras, Lília Sichmann Heiffig-del Aguila, ressalta que a equipe já trabalha com pesquisas com plantas consideradas estratégicas no campo de biocombustíveis nacional, como a mamona, o girassol e o pinhão-manso. “O credenciamento vai ajudar a alavancar as pesquisas na área, trazendo maior aporte de recursos”, analisa.

O pinhão-manso é visto pelos cientistas como uma das plantas mais promissoras para a produção de biodiesel, já que é uma planta perene e não alimentícia e, ao contrário da soja e da mamona, ainda não possui outras potencialidades de uso para gerar concorrência em relação à cadeia produtiva. “As pesquisas serão desenvolvidas no Estado inteiro e podemos ter resultados interessantes nos próximos anos.”

A coordenadora do Centro de Ecofisiologia e Biofísica, Regina Célia de Matos Pires, diz que as pesquisas dentro do centro serão voltadas para aspectos como clima e irrigação, que interferem na fisiologia nas plantas. "São pesquisas que permitem identificar as regiões mais adequadas para cada cultura e a desenvolver adaptações das plantas com as mudanças climáticas", esclarece. (RM/AAN)

## **Termelétrica Primavera do Leste inicia operação comercial de 8 MW (CanalEnergia) 04/01/2010**

Usina está localizada no Mato Grosso e pertence à Cargill Agrícola Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a operação comercial da unidade geradora UG1 da termelétrica Primavera do Leste. Localizado no município de mesmo nome, no Mato Grosso, o empreendimento pertence à Cargill Agrícola. A turbina tem 8 MW, segundo despacho nº 4.840 publicado no Diário Oficial da União da última quarta-feira, 30 de dezembro.

## **Criador dos Brics critica exportação brasileira (Folha de SP) 03/01/2010**

Para Jim O'Neill, do Goldman Sachs, "é muito difícil" que o país seja bem-sucedido apenas como vendedor de produtos primários

Chefe de pesquisa do banco, porém, elogia economia doméstica do país e diz que investimento e consumo devem ser incentivados

DA SUCURSAL DO RIO

O Brasil não pode se conformar em ser exportador de commodities num mundo cujo crescimento é puxado pela China, afirma Jim O'Neill, chefe de pesquisa econômica do banco Goldman Sachs e inventor em 2001 da sigla Bric. "Não é uma estratégia sensata", disse à Folha, de Londres, em entrevista na qual reafirmou seu otimismo sobre o futuro dos emergentes. Abaixo, os principais trechos. (CLAUDIA ANTUNES)

FOLHA - O Goldman Sachs prevê que em 2050 os atuais Brics (sigla dos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China) estarão entre as cinco maiores economias do mundo. Ao mesmo tempo, a renda per capita dos países do atual G7 continuará aumentando. Os recursos naturais vão aguentar a pressão da demanda?

JIM O'NEILL - A evidência histórica sugere que, após um certo nível de riqueza, normalmente acima de US\$ 6.000 per capita, os países começam a se tornar mais eficientes no uso da energia. Isso indica que, em algum momento daqui a dez anos, quando a China e a Índia chegarem a esse estágio, sua demanda por energia e outros recursos começará a diminuir. Outro fator importante é que a China acaba de anunciar um compromisso muito grande com a eficiência energética.

FOLHA - Os EUA relutam em se comprometer com metas de redução de emissões de gases do efeito estufa. Eles deveriam temer perder competitividade se passarem a uma economia de baixo carbono?

O'NEILL - Claro que não, seria bom para eles. Esse argumento é uma estratégia da direita política, que é hostil a essas ideias [de aquecimento climático] e usa isso como desculpa. Acho que a América pode, olhe para o Japão, para o Brasil. Desde os anos 80, no mundo desenvolvido, o Japão vem demonstrando como aumentar a eficiência energética. Não há muitas coisas que podemos aprender com o Japão, mas essa é uma delas. No mundo emergente, o Brasil está bem à frente de outros países.

FOLHA - Se a demanda chinesa e indiana por recursos naturais tende a diminuir, isso corrobora os que no Brasil alertam para o risco de o país se tornar um exportador basicamente de commodities. Como o senhor vê esse problema?

O'NEILL - Não acho que seja uma boa coisa para o Brasil ser. Acho que é muito difícil ser permanentemente bem-sucedido apenas como exportador de produtos primários. Não é uma estratégia de longo prazo sensata.

FOLHA - Mas o que o Brasil pode fazer agora para evitar isso?

O'NEILL - Eu admiro bastante os esforços para tentar conter a valorização do real. Acho que é bom desencorajar a doença holandesa [excesso de ingresso de capitais]. Não sou especialista em Brasil, mas acho que a chave é, como em outros países que se desenvolveram, encorajar mais pesquisa e desenvolvimento, para entrar em áreas de valor agregado nas quais seja difícil para outros competirem.

FOLHA - Em 2030, a Ásia deverá ser responsável por mais da metade da economia mundial. O que isso significa em termos de transformação do sistema econômico global e de desafio para as outras regiões em desenvolvimento?  
O'NEILL - Há três consequências. Primeiro, significa que a estrutura de governança da economia mundial tem que mudar dramaticamente. É muito importante que isso seja modificado, de modo que o papel do G20 passe a um grupo menor, uma nova forma de G7. Em dez anos, provavelmente precisaremos dos seguintes países no G7: EUA, China, Índia, Japão, Brasil e a União Europeia, com um só representante. Nada de Canadá, Reino Unido, Alemanha, França ou Itália. Em 20 anos, poderemos ter um sistema de câmbio diferente do que temos hoje [em que o dólar é a moeda de referência]. Em segundo lugar, na próxima década muitos países da África e da América Latina se beneficiarão do crescimento da Ásia, pelo fato de serem fortes produtores de commodities. Sua estratégia de longo prazo dependerá das características de cada um deles. Um país como o Brasil, que tem uma população grande e uma demografia favorável, é perfeitamente capaz de cuidar de si. A grande história para o Brasil é a sua economia doméstica, não o resto do mundo.

FOLHA - Desenvolver o mercado interno, o senhor diz?

O'NEILL - Sim, a chave para a política brasileira é não se preocupar com essas coisas de comércio global. O Brasil deve se concentrar em manter a inflação estável e fazer coisas para apoiar o desenvolvimento do consumo doméstico e do investimento interno.

FOLHA - E a terceira consequência?

O'NEILL - Está ligada ao comércio internacional. Você tem que focar em desenvolver uma vantagem, setores competitivos com maior valor agregado, o que envolve pesquisa e desenvolvimento. A Alemanha é o melhor exemplo disso. De alguma forma, ela parece capaz de lidar com uma moeda valorizada [o euro].

FOLHA - Qual o impacto econômico dos sistemas políticos nos Brics?

O'NEILL - No caso da China, acho que, à medida que a renda dos chineses aumente, a atual forma da ditadura chinesa terá que mudar. Provavelmente continuará sendo, nos próximos 20 anos, um Estado de partido único, mas terá que permitir maior liberdade. A grande coisa que está acontecendo na China agora é o aumento dos gastos governamentais na área social. Nas últimas duas semanas, concordaram em dar aos trabalhadores migrantes os mesmos direitos dos urbanos, incluindo acesso a tratamento de saúde. A China já está começando a mudar.

FOLHA - O fato de o Brasil ser uma democracia é fator de pressão sobre os gastos do Estado. O senhor considera o gasto público brasileiro um problema?

O'NEILL - Falando no longo prazo, o Brasil precisa reduzir o desperdício nos gastos governamentais.

"Um país como o Brasil, que tem uma população grande e uma demografia favorável, é perfeitamente capaz de cuidar de si. A grande história para o Brasil é a sua economia doméstica, não o resto do mundo"

## **Mais "baixa", região também abriga rota de cachoeiras (Folha de SP) 03/01/2010**

Cidades reúnem ao menos 131 quedas d'água; uma das maiores tem 84 metros

Alguns dos locais são desconhecidos; a maioria das cachoeiras está em propriedades privadas, e donos proíbem o acesso

JULIANA COISSI  
ENVIADA A CÁSSIA DOS COQUEIROS E ITUVERAVA

Mesmo longe de estar em áreas montanhosas ou com topografia favorecida como a vizinha Brotas, algumas cidades da região de Ribeirão Preto possuem cachoeiras para praticantes de rapel ou apenas apreciadores da natureza. Segundo a Aturp (Associação do Turismo Rural de Ribeirão Preto), alguns locais, porém, não possuem infraestrutura ou são desconhecidos do público. Outro impedimento é que a maioria das cachoeiras está em propriedades privadas, e donos proíbem o acesso.

A Secretaria de Estado do Turismo não possui estimativa de cachoeiras no Estado. Mas há pelo menos 131 dessas quedas d'água na região, principalmente em Cássia dos Coqueiros, Altinópolis, Cajuru, Buritizal, Pedregulho, Batatais, Ituverava e Sales Oliveira.

A maior parte tem entre 5 e 10 metros, mas há exceções. Tida como uma das maiores da região, a cachoeira do Itambé, em Cássia dos Coqueiros, possui 84 m de altura.

A origem do nome segue sua imponência: pedra grande, em tupi guarani. É que a queda d'água se rompe de um paredão de pedra, com Mata Atlântica embaixo, onde ainda se vê animais como onças e capivaras. Ao lado, forma-se outra cachoeira, a Itambezinho, de 68 m.

Nos dias mais movimentados, como sábados e domingos, a fazenda chega a receber de 300 a 400 pessoas, a uma taxa de R\$ 5 per capita. Frequentador de cachoeiras no sul de Minas Gerais, o gerente administrativo Gabriel Martini, 21, se mostrou surpreso ao conhecer a Itambé, levado por amigos.

"No Estado de São Paulo, é a primeira que vejo dessa altura, muito bonita", disse.

Em Cássia, existem cerca de 20 quedas d'água. Uma delas, a cachoeira do Rio Cubatão, localiza-se dentro da cidade, com uma queda de 8 m.

A vizinha Cajuru concentra o maior número de cachoeiras na região: são 70, mas s[ó] uma está aberta ao público. A maioria está em propriedades privadas.

Um caso de desrespeito ocorreu com a Cachoeira do Manguê, de 8 m. O local foi fechado pelo Ministério Público Estadual por degradação. "Havia garrafas e latas no fundo da água, a mata na margem está deteriorada. O dono colocou tapume para fechar, mas há quem desrespeite", disse a diretora de Turismo e Patrimônio, Maria do Carmo Arena.

A única possível de ser visitada é a Cachoeira da Serra, de 15 m. Há uma trilha e, em 2009, foi aberta uma área de camping. Foi criado ainda um restaurante com comida caseira.

Em Altinópolis, do complexo de 35 cachoeiras, todas em terras privadas, só quatro estão abertas à visita. A mais alta é a Cachoeira do Esmeril, de 72 m, dentro de uma usina da CPFL Paulista. Uma das mais visitadas é a Cachoeira do Vale do Itambé, de 60 m.

Em Buritizal, existem quatro cachoeiras, mas só a mais alta, a Véu das Noivas, de 70 m, pode ser visitada, com trilha e área de camping próximas. Em Batatais, a cachoeira dos Batatais, de 8 m, é administrada pelo município.

## **Crise financeira deu fôlego ao setor para digerir consolidação (Folha de SP)**

### **03/01/2010**

Instituições aproveitam clima de mudança para mexer, sem grandes sobressaltos, em áreas cujas estruturas estavam defasadas em relação à concorrência

TONI SCIARRETTA  
DA REPORTAGEM LOCAL

A crise financeira ajudou alguns dos principais bancos brasileiros -Santander, Real, Itaú, Unibanco, Banco do Brasil e Nossa Caixa- a passar sem grandes sobressaltos por processos de reestruturação e de fusão de equipes que poderiam se tornar inviáveis se a expansão dos negócios seguisse o ritmo alucinante de 2008.

No processo, essas instituições tiveram de lidar com a sobreposição de equipes inteiras, incompatibilidade tecnológica, limitações de espaço físico para aglutinar equipes, choques de cultura, dificuldades para convergir marcas e tentativas nem sempre bem-sucedidas de transferência de profissionais.

Nas negociações com os trabalhadores, ficou acertado que todas as equipes fundidas teriam profissionais vindos dos dois bancos -nenhuma equipe prevaleceria integralmente.

Tanto na integração de Itaú e Unibanco quanto na de Santander e Real, áreas sensíveis como a jurídica chegaram a conviver com duplo comando.

A rede de caixas eletrônicos da Nossa Caixa não era compatível com a do BB -os clientes do banco federal não puderam utilizar os terminais da instituição paulista. O vermelho do logotipo do Santander nunca combinou com o verde sóbrio do antigo ABN Amro Real.

Com a fusão, os bancos aproveitaram as mudanças para mexer em áreas cujas estruturas estavam defasadas em relação à concorrência.

No Itaú, havia três tesourarias diferentes, que foram agrupadas. Foi centralizada sob uma mesma chefia toda a área de investimentos, que promove a captação de recursos para fundos, previdência, poupança e CDBs, como já acontecia no Bradesco. Essas áreas costumam "concorrer" pelo dinheiro do cliente, dificultando satisfazer o interesse do investidor. Segundo Ricardo Marino, diretor-executivo de Pessoas do Itaú Unibanco, a crise trouxe um ambiente de incerteza e tornou mais "desafiador" fazer a fusão. "Por outro lado, foi bem-vinda porque pudemos focar mais nossas discussões e nos preparar para sermos mais competitivos depois."

"Conseguimos fazer essa fusão sem acidentes de percurso e sem que a nossa relação com os clientes sofresse interrupções ou percalços. O trabalho a que nos dedicamos agora é fazer a fusão cultural. É a cultura que move uma empresa na direção certa ou não", disse Cândido Bracher, presidente do Itaú BBA, que reúne o atacado.

Para os executivos vindos do Real, a maior dificuldade foi lidar com a gestão centralizadora dos espanhóis do Santander. Já os funcionários do Santander relatam contratempos com chefes vindos do Real, que costumam ter uma atitude despojada, mas são rigorosos com equipe e clientes nas exigências e na gestão de risco.

Fabio Barbosa, presidente do Santander Brasil, reconhece que as culturas dos bancos são diferentes, mas afirma que isso fez aumentar a massa crítica no banco. "O fato de as culturas dos dois bancos serem distintas nunca foi um problema, mas uma oportunidade de tornar a instituição mais rica. O atributo mais valorizado no Santander, a inovação, e as principais características do Real, a sustentabilidade e o relacionamento, são complementares. Hoje, já é possível

ver os funcionários do Santander familiarizados com os conceitos de sustentabilidade e os do Banco Real trabalhando pautados pelo espírito de inovação", disse.

Apesar da promessa de evitar ao máximo as demissões, muitos funcionários foram desligados. As áreas que mais tiveram cortes, segundo os sindicalistas, foram as mesas de operação do mercado de capitais, profissionais da área de investimento e promotores de crédito.

Para evitar cortes na administração, o Sindicato dos Bancários de São Paulo (ligado à CUT) negociou a criação de programas para a transferência de profissionais para as agências, além da suspensão de demissões, contratações, programas de trainees e terceirização.

"Como nós já tínhamos passado por outras fusões, conseguimos criar um debate no movimento sindical para ter uma proposta única de proteção do emprego para os bancos", disse Luiz Cláudio Marcolino, presidente do sindicato. Nenhum banco diminuiu o número de agências. Entre os bancos que passaram por fusão, só o Santander/ Real tem hoje menos funcionários do que antes da fusão -passou de 55,1 mil em junho de 2008 para 50,8 mil em setembro de 2009, dado mais recente do Banco Central. O banco abriu um programa de incentivo a aposentadorias que teve adesão de 1.120 pessoas.

Tanto Itaú Unibanco quanto BB/Nossa Caixa aumentaram o quadro de pessoal. O Itaú Unibanco tinha em setembro 111,1 mil funcionários -um ano antes, eram 97,9 mil. No BB/Nossa Caixa, o número passou de 117,7 mil para 121,7 mil. No Itaú, cerca de 1.500 pessoas anteciparam suas aposentadorias e outras 2.500 foram remanejadas de área.

## **Empresária perde pais, irmã, marido e filhos (O Estado de SP) 03/10/2010**

Família de Alice Moron Silva, internada em São Paulo, foi vítima de deslizamento em Cunha (SP)

A empresária Alice Moron Silva, de 41 anos, foi internada ontem, às 15h20, no Hospital 9 de Julho, em Cerqueira César, zona sul de São Paulo. Ela perdeu toda a família em um deslizamento de terra em Cunha, no Vale do Paraíba, no réveillon. Morreram o marido dela, o empresário Mário Penha da Silva, de 46 anos, os filhos do casal - Eduardo, de 15 anos, e Sabrina, de 12 -, a única irmã dela, Ingrid, de 43, e seus pais, Manuel, de 76, e Érica, de 70. Alice foi transferida de helicóptero de Guaratinguetá, onde recebeu os primeiros socorros.

O sobrinho da empresária, Pablo Lozada, de 26 anos, contou ontem que soube da tragédia na noite de sexta-feira, pela televisão. Segundo ele, a tia chegou consciente, com vários arranhões no rosto e com a roupa impregnada de terra.

Ela lembrou que, na hora do desmoronamento, estava em pé na cozinha do sítio da família ao lado do marido, que estava sentado. Os filhos do casal dormiam. Alice sentiu uma forte pancada nas costas e ouviu a filha gritar por socorro. Depois, segundo ela, tudo escureceu e as lembranças se apagaram.

Homens dos bombeiros e do Exército participaram das buscas pelas vítimas, transferidos de Cunha para o Instituto Médico-Legal de Guaratinguetá de helicóptero. Os dois primeiros corpos chegaram à cidade às 12h30 e os demais, ao longo da tarde de ontem. A empresária acompanhou o resgate de quase todos os parentes antes de ser transferida - o filho foi encontrado depois de Alice ser transportada. A família será enterrada hoje no Cemitério de Congonhas, na zona sul, em horário que não havia sido confirmado até as 20h.

Segundo Carlos Alberto Alves da Silva, amigo da família, eles frequentavam o sítio há pelo menos 15 anos. "É muito duro ver uma família ser dizimada dessa forma. É muito triste", lamentou.

A empresária vai ser submetida a uma cirurgia por causa de uma fratura na bacia. Ela própria pediu para ser transferida para o 9 de Julho, onde trabalhou até o ano passado como enfermeira-chefe da UTI. Alice está sendo cuidada pelos antigos colegas e pela madrinha de casamento, que também é enfermeira no local. A empresária deixou a profissão para trabalhar na tabacaria que a família abriu no supermercado Wal Mart do Jardim Marajoara.

Alice e o marido eram sócios do Moto clube Buena Vista. Os integrantes do grupo, assim que souberam da tragédia, se dividiram para apoiar a família. Cerca de dez motociclistas foram anteontem à noite a Guaratinguetá. Outro grupo ficou no Hospital 9 de Julho para auxiliar com a documentação para liberar os corpos. Um integrante que preferiu não se identificar disse que desistiu na última hora de viajar para Cunha com o casal. Os colegas contam que Alice e Mário viajavam bastante na companhia dos filhos e os descrevem como pessoas tranquilas e de bem com a vida. O sobrinho de Alice, Pablo, disse que a tia deve acompanhar os velórios ou os enterros.

### **DESABRIGADOS**

Outras cidades do Vale do Paraíba, localizadas às margens do Rio Paraíba do Sul, enfrentam problemas como famílias desalojadas e acessos bloqueados. As águas do rio subiram quase 5 metros acima do nível normal. A pior situação é a

de Guaratinguetá. Nos bairros Jardim Primavera, Santa Rita, Jardim do Vale e imediações, cerca de 100 famílias tiveram suas casas tomadas pelas águas.

O nível do Paraíba chegou a subir 6 metros em Caçapava. Bairros como Vila Paraíso e Beira Rio ficaram alagados. O bairro Piedade também sofreu com a enchente e uma ponte quebrou parcialmente no bairro Germana.

As águas atingiram oito bairros em São José dos Campos, onde cerca de 30 famílias estão desalojadas no bairro Mirante do Buquirinha. Jacareí tem 29 famílias desalojadas e duas casas sofreram com deslizamentos de terra. Uma queda de barreira atingiu a Rodovia Dom Pedro, no bairro Igarapés.

Apesar da negativa da **Companhia Energética de São Paulo (Cesp)**, o nível das águas dos reservatórios de Paraibuna e do Jaguarí está prestes a atingir seu limite. Os dois reservatórios influenciam no nível das águas do Rio Paraíba do Sul. A empresa informou que, após 13 anos, as águas alcançaram pela primeira vez o vertedouro, que dá vazão à água quando ela atinge o nível máximo permitido.

LÚISA ALCALDE e JOÃO CARLOS DE FARIA, ESPECIAL PARA O ESTADO

## **Lucro de braço do BNDES cai com mau resultado em ações (Folha de S. Paulo) 02/01/2010**

Desempenho fraco deve ter impacto no orçamento do banco de fomento neste ano

Entre os papéis que o BNDES mais vendeu neste ano, estão os das concessionárias de energia elétrica Light, do Rio, e do grupo Rede

SAMANTHA LIMA  
DA SUCURSAL DO RIO

A piora nas condições de negociação na Bolsa, após a crise, derrubou em 59% até setembro o lucro do BNDESPar, braço do banco que mantém ações em dezenas de empresas. O fraco desempenho deve ter impacto no orçamento do BNDES neste ano, quando projetos em energia e infraestrutura no país demandarão cada vez mais verba. O resultado recuou para R\$ 1,5 bilhão, ante R\$ 3,7 bilhões em igual período de 2008. É o pior desempenho do BNDESPar desde 2005, quando lucrou R\$ 575 milhões em nove meses. Conforme o banco reconhece em documentos oficiais, o resultado do giro da carteira do BNDESPar "visa contribuir com o orçamento de investimentos do sistema BNDES".

O BNDES deve fechar 2009 com desembolso de mais de R\$ 130 bilhões em empréstimos e compra de ações. Procurado, o banco informou, por meio de sua assessoria, que não comenta a estratégia de gestão de sua carteira. Segundo documentos enviados à Comissão de Valores Mobiliários, a queda se deve ao fato de o BNDESPar não ter "realizado expressivas alienações de investimentos" -ou seja, não vendeu muitas ações. A instituição afirma que, "desde a crise, o mercado de capitais se tornou menos propício à realização de desinvestimentos".

De acordo com as demonstrações, o volume de venda de títulos e valores mobiliários (entre os quais se incluem as ações) caiu de R\$ 476 milhões, no terceiro trimestre de 2008, para R\$ 330 milhões, no terceiro trimestre de 2009.

"Hoje é fundamental que o sistema BNDES gere lucro, já que as demandas para investimentos em energia elétrica, petróleo e obras para eventos esportivos e o PAC o estão sobrecarregando. Além disso, sua capacidade de financiamento está ligada a seu patrimônio, e uma forma de aumentar patrimônio é por meio de lucro", explica Luís Miguel Santacreu, analista da Austin Rating.

É certo, porém, que as condições melhoraram no último trimestre. O volume vendido foi de R\$ 330 milhões, após não ter negociado nada no primeiro trimestre e R\$ 72 milhões de abril a junho. Mas os números do terceiro trimestre e o resultado anual até setembro mostram que o desempenho vem abaixo do de anos pré-crise.

Em 2008, já sob o impacto de um quarto trimestre ruim, devido à crise, o BNDESPar lucrou R\$ 4,7 bilhões, 7% menos que em 2007. Desse resultado, 76% são de janeiro a setembro.

Entre as ações que o BNDES mais vendeu neste ano, estão as de concessionárias de energia elétrica: a fluminense Light (a participação do banco encolheu de 33,6% para 24,4%) e o grupo Rede (que viu a participação do sócio público encolher de 25,3% para 23,9%), ambas no terceiro trimestre.

Importantes movimentos de compra de ações da empresa foram feitos na CPFL, também de energia (de 5,71% há um ano para 8,44%) e na siderúrgica CSN (de 3,64% para 3,83%).

Isso sem falar em outros vultosos investimentos. Um deles foi o aumento da fatia na Votorantim Celulose -que, vitimada pela crise, uniu-se, com as bênçãos do banco, à antes rival Aracruz, criando a Fibria. A participação do BNDES, que era de 3,1% na Votorantim e 5,5% na Aracruz, foi para 34,9% na nova empresa, com aporte de R\$ 2,4 bilhões em 2009. Outros, malsucedidos, foram a Brenco, que recebeu aporte de R\$ 1,2 bilhão do BNDES, e o frigorífico Independência, que levou R\$ 450 milhões -a participação em cada um está na faixa dos 20%. As duas empresas estão com problemas

financeiros. O BNDESPar tenta se desfazer dos 21% que comprou no frigorífico. As duas empresas não negociam ações em Bolsa.

## **Crise molda o Estado interventor ideal (Folha de SP) 02/01/2010**

JUSTIN YIFU LIN

ESPECIAL PARA O PROJECT SYNDICATE

A economia mundial acaba de passar por uma severa recessão, caracterizada por tumulto financeiro, destruição de riqueza em larga escala e declínios na produção industrial e no comércio mundial. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a deterioração dos mercados de trabalho em 2009 resultou em uma elevação da ordem de 39 milhões a 61 milhões de trabalhadores no número mundial de desempregados, com relação a 2007. No final de 2009, o total mundial de desempregados pode ter alcançado de 219 milhões a 241 milhões -o maior contingente já registrado. Enquanto isso, o crescimento dos salários reais, que desacelerou dramaticamente em 2008, deve ter caído de maneira ainda mais dramática em 2009, a despeito dos sinais de uma possível recuperação econômica. Em uma amostra de 53 países para os quais existem dados disponíveis, o crescimento médio do salário real caiu de 4,3% em 2007 a 1,4% em 2008.

O Banco Mundial adverte que 89 milhões de pessoas podem ter caído ao nível de pobreza como resultado da crise, o que amplia o total de 1,4 bilhão de pessoas que, pelas estimativas de 2005, viviam com renda inferior ao limiar mundial da pobreza: US\$ 1,25 ao dia. Em um clima como o atual, a globalização passou a sofrer pesadas críticas, muitas das quais vindas de líderes de países em desenvolvimento que poderiam se beneficiar muito dela.

O presidente Yoweri Museveni, que leva boa parte do crédito pela integração de Uganda aos mercados mundiais, disse que a globalização "é a mesma velha ordem com novos meios de controle, novos meios de opressão, novos meios de marginalização" adotados por países ricos que desejam acesso aos mercados de países pobres.

Mas a alternativa à integração mundial tem muito pouco de atraente. Na verdade, embora fechar uma economia possa isolá-la contra os choques, pode também resultar em estagnação e severas crises internas. Exemplos atuais podem ser encontrados em Mianmar e na Coreia do Norte; antes que liberalizassem suas economias, China, Vietnã e Índia estavam no mesmo barco.

Para garantir uma saída duradoura da crise e construir as fundações para um crescimento sustentado e de base ampla em um mundo globalizado, os países em desenvolvimento, tanto neste ano quanto no futuro, precisam extrair as lições históricas corretas.

Na crise atual, China, Índia e alguns outros países emergentes estão se saindo razoavelmente bem. São países que contavam com fortes balanços externos e espaço amplo para manobra fiscal antes da crise, o que permitiu que adotassem políticas contracíclicas para combater os choques externos.

Eles também fomentaram o desenvolvimento de setores nos quais podem oferecer vantagens comparativas, o que os ajudou a resistir à tormenta. De fato, as vantagens comparativas determinadas pela abundância relativa de mão de obra, recursos naturais e capital são a fundação da competitividade, que por sua vez embasa o crescimento dinâmico e posições fiscais e externas fortes.

Em contraste, se um país tenta agir de forma contrária à sua vantagem comparativa -por exemplo ao adotar uma estratégia de substituição de importações a fim de promover o desenvolvimento de indústrias que requerem investimento intensivo de capital ou de indústrias de alta tecnologia em uma economia na qual o capital é escasso-, o governo pode recorrer a subsídios causadores de distorções e a medidas protecionistas que restringem o desempenho econômico.

Isso por sua vez debilita tanto a posição fiscal do governo quanto as contas externas. Sem a capacidade de tomar medidas contracíclicas oportunas, países como esses se saem mal quando surgem crises.

Para promover suas vantagens comparativas e prosperar em um mundo globalizado, um país precisa de um sistema de preços que reflita a abundância relativa de seus fatores positivos. As empresas que operam nesse contexto terão incentivo para ingressar em setores que possam empregar a abundância relativa de mão de obra disponível a fim de substituir um capital escasso em termos relativos, ou vice-versa, o que permite reduções de custos e ganhos de competitividade. Os exemplos incluem o desenvolvimento da indústria têxtil em Bangladesh, a terceirização de serviços de informática na Índia e a indústria leve na China.

Mas um sistema de preços relativos como esse só se torna viável em uma economia de mercado. É por isso que a China -que parece estar se saindo bem na crise e deve ter cumprido sua meta de 8% de crescimento em 2009- se tornou uma potência econômica apenas depois de adotar políticas de abertura de mercado, nos anos 80. De fato, todas as 13 economias cujo ritmo anual de crescimento superou os 7% por 25 anos ou mais são economias de mercado, de acordo com o relatório da Comissão sobre o Crescimento presidida por Michael Spence, economista premiado com o Nobel.

### **Resistência a crises**

Buscar reforçar suas vantagens comparativas torna um país mais resistente a crises e permite a rápida acumulação de capital humano e físico. Os países em desenvolvimento que apresentem tais características são capazes de transformar suas vantagens primárias e sair da abundância de mão de obra ou recursos naturais em direção da abundância de capital no espaço de uma geração.

No competitivo mercado mundial contemporâneo, os países precisam atualizar e diversificar suas indústrias continuamente, de acordo com as mudanças em suas vantagens comparativas. O sucesso ou o fracasso de uma empresa pioneira quanto a atualizar ou diversificar suas atividades influenciará as atitudes de outras empresas quanto a seguir ou não seu exemplo. Incentivos do governo a essas pioneiras podem acelerar o processo.

O progresso industrial também requer coordenação de investimentos relacionados entre empresas. No Equador, hoje um exportador bem-sucedido de flores, os agricultores não cultivavam flores em décadas passadas porque não havia instalações modernas de refrigeração perto do aeroporto. E as empresas privadas não investiam na construção desse tipo de instalação por não haver flores a exportar.

Em situações do tipo "o ovo ou a galinha", como essa, na qual o mercado não basta para superar fatores externos e investimentos essenciais passam irrealizados, o governo pode desempenhar um papel vital de facilitação. Esse pode ser um dos motivos para que o relatório da Comissão sobre o Crescimento tenha apontado que as economias de sucesso sempre têm governos dedicados, confiáveis e capazes. O mundo já avançou tanto no caminho da integração que recuar deixou de ser uma opção viável.

-----  
JUSTIN YIFU LIN é economista-chefe e vice-presidente de economia para o desenvolvimento do Banco Mundial.  
-----

Tradução de PAULO MIGLIACCI

## **Pouco mais que nada (O Estado de SP) 02/10/2010**

Pelo menos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a aprovação pelo Congresso do projeto que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima teve uma grande utilidade política. Com base no texto aprovado no final de novembro, Lula pôde anunciar na conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, realizada no início de dezembro em Copenhague, que o Brasil estabeleceu a meta de reduzir entre 36,1% e 38,9% das emissões de gases poluentes até 2020. "Não é uma proposta para barganhar. É um compromisso", garantiu à plateia internacional.

Não é certo, porém, que o texto sancionado na terça-feira pelo presidente tenha outra consequência prática além de seu uso político por Lula perante autoridades de todo o mundo, pois a lei não estabelece a obrigatoriedade do cumprimento da meta. Trata-se de uma meta voluntária, que espertamente a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) introduziu, por meio de emenda, no texto então em discussão no Senado, para evitar que a senadora Marina Silva (PV-AC), ex-ministra do Meio Ambiente e agora adversária do governo, apresentasse emenda mais dura, que transformaria a redução de gases poluentes em compromisso legal e compulsório.

Na ocasião, o sucessor de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc, teve de jogar com as palavras para tentar justificar o caráter voluntário da meta. "Se não cumprir, será uma desmoralização total e absoluta", afirmou. Pode ser. Mas o descumprimento, se ocorrer, só será constatado na prática em 2020, quando o governo Lula - e a gestão de Minc no Ministério - já terá terminado há uma década e poucos se lembrarão do que ele prometeu.

"Na minha cabeça, a palavra "voluntário" não significa que o compromisso não seja obrigatório, diz apenas que a motivação é autônoma", disse Minc, tentando dar um salto tríplice mortal na semântica. Mas o que o ministro pensa não coincide com os dicionários. Voluntário é o que age espontaneamente, o que faz por vontade própria, sem coação. É exatamente isso que significa a expressão inserida na lei.

"Inventamos uma lei cujo cumprimento é voluntário", observou ao Estado o diretor de campanhas da organização Greenpeace no Brasil, Sérgio Leitão. "É mais uma bobagem para o velho festival de besteiras que assola o País."

Em resumo, com relação à redução das emissões, a lei não garante nada e, por isso, seus efeitos práticos podem ser nulos. Há outros pontos vagos. Entre os princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima estão a participação cidadã, o desenvolvimento sustentável e, no plano internacional, a assunção de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

As medidas que vierem a ser tomadas no âmbito dessa política devem ser motivadas por "razoável consenso por parte dos meios científicos e técnicos" e levar em conta "os diferentes contextos socioeconômicos", distribuindo os encargos "de modo equitativo e equilibrado".

A lei, como reconheceu a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn Ribeiro, "traça diretrizes gerais, é um plano de voo". Por isso, durante a tramitação do projeto, o governo evitou a inserção no texto de definições mais precisas.

Agora, o governo vai concentrar forças na regulamentação. "Nossa preocupação é como fazer que tais compromissos sejam materializados", disse Suzana Kahn. Mas o fato é que a regulamentação não pode fazer mais do que a lei - e a lei pode muito pouco. Há uma certa pressa no Ministério em concluir a regulamentação. O objetivo é que tudo esteja pronto até março - quando, não por coincidência, os ministros que pretenderem disputar as eleições deverão deixar o cargo.

Os vetos do presidente ao texto aprovado pelo Congresso - entre os quais um motivado por uma questão técnica de natureza jurídica e outro que se destinou a retirar o que o governo considerou limitação excessiva ao uso de combustíveis fósseis na geração de energia - conservaram o caráter meramente indicativo dos principais dispositivos da lei. Por isso, se serviu para dar lustro ao discurso de Lula em Copenhague, a lei não bastará para sustentar a posição brasileira na conferência marcada para a Cidade do México em 2010. O Brasil, como observou o diretor do Greenpeace, terá de mostrar mais do que boas intenções.

## **Cemig compra fatia do Pactual e Andrade Gutierrez na Light (O Estado de SP) 31/12/09**

Negócio, que pode chegar a R\$ 1,6 bi, dará à Cemig 39% da companhia

Nicola Pamplona, RIO

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) anunciou ontem acordo com a Andrade Gutierrez Concessões e com o Fundo de Investimentos em Participações PCP, do Pactual, para a transferência de ações da distribuidora de energia Light, que atua no Estado do Rio. Segundo fato relevante distribuído ontem, a Andrade Gutierrez repassará à Cemig, por R\$ 785 milhões, 26.576.149 ações ordinárias da distribuidora, volume equivalente a 13,03% do capital da companhia.

No caso do PCP, a Cemig acertou a compra dos 55% que o fundo detém na Equatorial, dono de outros 13,03% da Light. Pela fatia do PCP, que corresponde a 7,22% da Light, a Cemig vai pagar R\$ 434,9 milhões. Se comprar também a participação dos outros sócios na Equatorial, a operação pode chegar aos mesmos R\$ 785 milhões acertados com a Andrade Gutierrez, e a Cemig passará a deter, direta ou indiretamente, 39,09% da Light - a empresa já tinha 13,03% das ações.

Cemig, Andrade Gutierrez e Equatorial, juntamente com a Luce, dividem, dentro do consórcio Rio Minas Energia (RME), o controle da Light, com 13,03% de participação cada. O RME assumiu o controle da distribuidora em 2006, por US\$ 319,8 milhões. Antes, a dona da Light era a francesa EDF, que venceu o leilão de privatização realizado em 1996.

O desejo de ampliar participação na companhia já havia sido anunciado pela Cemig, que vem tocando um vigoroso programa de expansão das atividades, com a compra de empresas com atuação em todos os segmentos do setor de energia.

A Andrade Gutierrez, por sua vez, busca adquirir participação na própria Cemig, com a compra de ações pertencentes à Southern Electric Brasil (SEB), controlada pelo banco Opportunity, pela americana AES e pelo BNDES. Em setembro, as partes anunciaram um acordo para a transferência das ações por US\$ 25 milhões. A operação depende, porém, do processo de renegociação da dívida de US\$ 1,4 bilhão que a SEB tem com o BNDES por conta da aquisição dos papéis.

Segundo o fato relevante, a compra das ações da Andrade Gutierrez pela Cemig será dividida em duas etapas. A primeira, que envolve 12,5% do capital, será fechada assim que a operação for aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelos financiadores da Light, ao valor de R\$ 753,05 milhões. A segunda, 180 dias depois, envolve as ações restantes, a R\$ 31,949 milhões, corrigidos pela taxa CDI. O valor foi calculado com base na cotação de R\$ 29,54 por ação.

Mesmo valor está sendo usado na operação negociada com a PCP. Essa operação depende de um processo de cisão da Equatorial, que envolve a criação de uma nova empresa listada no Novo Mercado da Bovespa. O processo deve ser concluído no prazo de 18 meses, no qual o valor do pagamento será corrigido também pela taxa CDI.

Todo o processo é tocado paralelamente a uma grande reestruturação societária na Light, anunciada no mês passado pelos seus controladores. O objetivo é reduzir o número de empresas controladoras e participações cruzadas, garantindo participação direta aos principais acionistas. Além do consórcio RME, compõem o capital acionário da Light o braço de participações do BNDES (BNDESPar) e minoritários do Novo Mercado da Bovespa, cada parte com 23,4% de participação. A Cemig informou que as operações dependem de aprovação de órgãos reguladores.

A compra de participação na Light, em 2006, marcou a estreia da Cemig na distribuição de energia fora de seu Estado de origem, dando início a um processo de nacionalização das atividades que envolveu a compra de empresas de

geração e transmissão de eletricidade, como a italiana Terna. No mercado, especula-se ainda um interesse da empresa em ativos do grupo Rede e na Companhia Energética de Brasília (CEB).

Além disso, a Cemig é apontada como uma das concorrentes à compra da distribuidora de gás canalizado Gas Brasileiro, posta à venda pelo grupo italiano Eni. Controladora da distribuição de gás em Minas Gerais, a empresa tem atividades também na área de exploração e produção de petróleo e gás natural, arrematando áreas exploratórias na Bacia de São Francisco, no interior de Minas Gerais.

O crescimento da companhia é visto com bons olhos pelo mercado, que considera a Cemig um exemplo de companhia energética integrada. Por outro lado, a expansão era encarada por detratores do governador de Minas, Aécio Neves, como uma estratégia política para projetar-se nacionalmente. Até o início do mês, Aécio era um dos pré-candidatos do PSDB à Presidência da República - este mês, ele anunciou sua desistência da candidatura.

## **O prazo das concessões (O Estado de SP) 30/12/09**

Sem informar os critérios que deverão ser adotados para renovar ? ou reverter para o Estado ? as concessões de exploração de usinas hidrelétricas e distribuidoras de energia ? há 62 vencendo entre 2015 e 2017 ?, o governo federal gera incertezas entre investidores e consumidores de eletricidade. Dúvidas semelhantes já custaram caro ao governo paulista, obrigado a interromper o processo de privatização das Usinas de Jupia e de Ilha Solteira.

No conjunto, as usinas cujas concessões estão vencendo geram 21,7 mil MW, cerca de 20% da capacidade total do sistema elétrico nacional. Entre as maiores estão as hidrelétricas da Cesp, estatal controlada pelo governo paulista, e as da Chesf, controlada pela Eletrobrás.

A Cesp tem capacidade total de geração de 7.456 MW ? e as usinas cujas concessões vencerão na próxima década respondem por mais de 60% dessa capacidade. O risco de perda da concessão é admitido nas informações para os acionistas divulgadas no site da Cesp: "As concessões, ao amparo das quais a companhia está autorizada a gerar energia elétrica a partir de suas diversas usinas hidrelétricas, poderão não ser renovadas e a indenização a ser paga em decorrência da extinção da concessão pela reversão dos bens vinculados à geração de energia, caso existente, poderá não ser suficiente para evitar os efeitos relevantes adversos à Cesp, seus resultados e situação financeira."

A capacidade de geração de energia da Chesf é ainda maior: 10,6 mil MW. E 90% desse total está sujeito à caducidade das concessões, na próxima década. Entre os maiores aproveitamentos hídricos da Chesf estão as Usinas de Paulo Afonso, com capacidade instalada de 4,279 mil MW; Xingó, com 3,162 mil MW; Luiz Gonzaga, com 1,479 mil MW; e Sobradinho, com 1,050 mil MW.

Além das concessões da Cesp e da Chesf, outras de grande porte, como Furnas, também estão ameaçadas ? e o governo federal parece disposto a deixar para a próxima administração a solução do problema. Trata-se, na verdade, de um fator de perturbação do mercado, pois o planejamento do setor elétrico tem de ser feito com grande antecedência, inclusive no caso de empreendimentos antigos, que precisam de recursos para manutenção e modernização.

Ainda que o governo opte por reverter as concessões para a União, para posterior licitação, não são pequenos os riscos do adiamento das decisões, afirmaram os especialistas Adriano Pires e Abel Holtz, em artigo publicado no Estado.

O primeiro risco é o do "abandono da concessão" pelos atuais concessionários, por insegurança dos investidores de que continuarão à frente do negócio. Por razões semelhantes, há o risco do sucateamento dos ativos elétricos, "sem a possibilidade de fiscalização, dada a grande dispersão das concessões". O terceiro risco é de "o governo criar uma estatal específica para administrar os ativos revertidos até a sua licitação". Esta hipótese, segundo os autores, poderá até "se tornar definitiva, dada a atual vertente intervencionista do governo no setor de energia".

Desde 2008, com a Lei 11.651, o ambiente está pronto para um aumento do peso do Estado no setor. Com a lei, a Eletrobrás ? a holding de energia do governo federal ? pode ser sócia majoritária nos consórcios que disputem concessões de energia.

Qualquer que seja a decisão relativa às usinas cujas concessões estão vencendo, ela terá de ser adotada após a definição clara das regras de avaliação dos ativos, do levantamento minucioso relativo a cada concessão, da estimativa dos investimentos feitos pelos concessionários e sua necessária amortização. Isto exige pessoal qualificado, capaz e em número suficiente, o que já se põe em dúvida que exista, hoje, pela falta de recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os controladores das usinas poderão concordar com as avaliações ou entrar em litígio contra o Estado. O Tribunal de Contas da União terá de ser ouvido. E será preciso definir até o destino dos empregados das usinas.

A importância das concessões não parece estar sendo levada na devida conta pelo Ministério de Minas e Energia. Recomenda-se a discussão prévia do tema com os controladores e consumidores. O custo do adiamento das decisões poderá ser muito elevado.

## **Ampla encerra distribuição de R\$ 250 milhões em debêntures (CanalEnergia) 30/12/09**

Segundo empresa, 92 fundos de investimento adquiriram 8.655 debêntures da primeira série, enquanto cinco fundos compraram 7.150 papéis da segunda série  
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Ampla (RJ) anunciou nesta quarta-feira, 30 de dezembro, o encerramento da distribuição pública de R\$ 250 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações. Segundo a empresa, 92 fundos de investimento adquiriram 8.655 debêntures da primeira série (R\$ 86,550 milhões), enquanto cinco fundos compraram 7.150 papéis da segunda série (R\$ 71,5 milhões). Os demais papéis foram adquiridos por pessoas físicas, entidades de previdência privada, companhias seguradoras, outras instituições financeiras e demais pessoas jurídicas.

A operação foi coordenada pelo BBI (líder) e pelo Banco Votorantim. A operação tinha rating "brAA-", classificada pela Standard & Poors. Todas as 11.533 debêntures da primeira série e as 13.467 debêntures da segunda série foram negociadas.

## **Cesp prevê aumento de vazão em usinas da bacia do rio Paraná (CanalEnergia) 30/12/09**

Operação é resultado das fortes chuvas dos últimos dias e das que ainda estão previstas para a região das bacias do rio Grande, Paranaíba, e da bacia do rio Tietê  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Cesp (SP) pretende aumentar a vazão defluente nas usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupia e Engenheiro Sergio Motta (Porto Primavera), localizadas na bacia do rio Paraná, a partir da próxima quinta-feira, 31 de janeiro. A operação será executada em virtude das fortes chuvas registradas nos últimos dias e das que ainda estão previstas para os próximos dias na região das bacias do rio Grande, Paranaíba, a montante de Ilha Solteira, e na bacia do rio Tietê.

O volume da água que chega às usinas da companhia aumentou, porque os vertedouros das bacias estão abertos. Em relação à Ilha Solteira, a operação da Cesp vai fazer com que parte da vazão afluente seja retida no reservatório, resultando em aumento de seu nível. O trabalho segue critérios do Plano Anual de Controle de Cheias do Sistema Interligado Nacional, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico.

## **PL cria benefícios para geração renovável por cooperativas de eletrificação (CanalEnergia) 30/12/09**

Projeto tramita em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados e prevê isenção de tributos na compra de equipamentos, entre outras propostas  
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Tramita em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados o projeto de Lei 5.631/09, que cria benefícios para cooperativas gerarem energia de forma independente a partir de fontes renováveis. A proposta, de autoria do deputado Valdir Colatto (PMDB - SC), prevê a isenção de impostos e tributos federais na compra de equipamentos. O PL também estabelece a isenção das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) para geração renovável com potência até 50 MW e que tenha a cooperativa como sócia majoritária.

A cooperativa que implantar uma central geradora poderá se associar com empresas públicas e privadas, prefeituras e outras concessionárias de energia. O objetivo, de acordo com o autor da proposta, é regularizar as cooperativas, motivando a geração isolada de energia elétrica por produtores rurais. Ele alega que, no modelo energético atual, somente os grandes grupos utilizam os benefícios das políticas governamentais.

Ele defende ainda que a proposta democratiza o acesso aos produtores rurais e suas cooperativas ao mercado de geração limpa, sobretudo o de eólicas. O projeto será analisado pelas comissões de Minas e Energia; de Agricultura,

Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O PL também acrescenta medidas à Lei 9.074/95, que normatiza a outorga e as prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, na parte referente às cooperativas de eletrificação rural. Pelo texto, a cooperativa que não estiver enquadrada como permissionária será automaticamente regularizada. A cooperativa deverá conceder descontos tarifários às classes de consumo, da mesma forma que as distribuidoras, sendo compensada com os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético.

Outra mudança definida no projeto é que a cooperativa que decidir pela sua extinção terá os ativos incorporados à concessionária da área de atuação. Para esse caso, o PL determina o prazo de dez anos para o ressarcimento do valor do ativo transferido. A indenização será feita com base no mercado existente da cooperativa prevendo a atualização dos valores, segundo o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), mais juros de 0,5% ao mês.

A Agência Nacional de Energia Elétrica classificará as cooperativas de eletrificação rural como agente especial do serviço público de energia elétrica. As associações terão desconto de 80% em suas tarifas, contra os 50% atualmente praticados. Já as cooperativas que construírem linhas e redes elétricas e transferirem esse acervo à distribuidora, com pagamentos pendentes, será ressarcida em até 10 anos, com valores atualizados pelo IGP-M e juros de 0,5% ao mês. Em casos de atraso nesse ressarcimento, haverá cobrança de 5% sobre o valor final da parcela em atraso, mais juros de mora de 1% ao mês.

## **CCEE: PLD cai para R\$ 12,80/MWh (*CanalEnergia*) 30/12/09**

Valor é o novo mínimo estabelecido pela Aneel no último mês de dezembro  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgou o Preço de Liquidação das Diferenças para o período de 2 a 8 de janeiro de 2010. O valor definido foi de R\$ 12,80 por MWh para todos os submercados e patamares de cargas. O PLD foi alterado depois de se manter por 22 semanas consecutivas a R\$ 16,31/MWh, e o novo valor é o mínimo estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A alteração no valor mínimo do PLD foi estabelecida na última reunião da Agência Nacional de Energia Elétrica, realizada neste mês. As afluências ocorridas nos submercados Sudeste/Centro Oeste e Sul continuam sendo superiores às médias históricas, contribuindo para manter o PLD no valor mínimo. Confira abaixo os preços da primeira semana de janeiro:

Sudeste/Centro-Oeste: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

Sul: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

Nordeste: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

Norte: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

## **ONS registra elevação de 11,3% na carga de energia em dezembro (*CanalEnergia*) 30/12/09**

Percentual elevado em relação ao mesmo mês em 2008 é resultado da retomada de atividade industrial, segundo dados preliminares  
Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A carga de energia apresentou queda de 2,4% em dezembro, em relação a novembro deste ano, ao registrar 54.821 MWmed, segundo dados preliminares do Operador Nacional do Sistema Elétrico, divulgados nesta quarta-feira, 30 de dezembro. Segundo o ONS, em comparação com o mesmo mês em 2008, entretanto, a variação verificada foi 11,3% maior. Comparando-se com o acumulado dos 12 meses anteriores, a variação no período encerrado em dezembro ficou em 0,7%.

Segundo o ONS, a taxa de crescimento no mês - frente ao mesmo mês em 2008 - demonstra a retomada do crescimento da produção industrial. A integração do Sistema Isolado Acre-Rondônia resultou também na incorporação de 400 MWmed, contribuindo com 0,7% na taxa de crescimento do mês.

No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, os valores preliminares apontam para uma redução de 3,3% em dezembro ante novembro, e uma elevação de 14,1% em comparação com dezembro de 2008. A carga registrada ficou em 33.738 MWmed. A carga cresceu ainda no submercado Norte (1,6%, 3.715 MWmed), Nordeste (10%, 8.299 MWmed) e Sul (6,9%, 9.069 MWmed).

A previsão do ONS, resultado de trabalho conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética, indica crescimento de 6,1% em 2010, em relação a este ano.

## **Marcelo Parodi, da Compass Energia: Energia Transparente (*CanalEnergia*)** **30/12/09**

Falta ao mercado livre brasileiro, contudo, adicionar duas características fundamentais à commodity energia elétrica: transparência de preços futuros e segurança transacional  
Marcelo Parodi, da Compass Energia, Artigos e Entrevistas

A energia elétrica talvez seja a mais pura das commodities, sendo homogênea, independentemente, da sua fonte de geração: hidro, termo, nuclear, solar, ou eólica.

Falta ao mercado livre de energia brasileiro, contudo, adicionar duas características fundamentais à commodity energia elétrica: transparência de preços futuros e segurança transacional.

O mercado livre, criado em 1995, adquiriu um porte respeitável no Brasil, sob qualquer ângulo: responde por aproximadamente 20% do consumo de energia do país, é composto por cerca de 700 consumidores livres (todo o setor industrial de grande porte) e 50 comercializadores de energia (traders), além de centenas de geradores. Em termos financeiros, estamos falando de um mercado que movimenta aproximadamente R\$ 10 bilhões por ano.

Contudo, apesar do tamanho e da importância do produto - eletricidade talvez seja o único insumo absolutamente indispensável para todo o setor produtivo - e da sofisticação dos players envolvidos (basicamente as maiores empresas do país), a energia elétrica continua sendo negociada de forma rudimentar, onde os preços são obtidos e negociados pelo telefone, fax e email, sem nenhum tipo de organização, controle ou fiscalização por parte da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Trata-se de um ambiente transacional chamado comumente de "over the counter – OTC", ou "mercado de balcão".

O que a sociedade talvez não tenha percebido é que essa realidade transacional custa caro às empresas brasileiras e ao Brasil. Alguém já parou para fazer a conta do tempo gasto pelas empresas nesse processo de negociação? Quanto tempo se perde em ligações telefônicas, confecções e trocas de email/fax? Quanto tempo se gasta na elaboração e assinatura de contratos, uma vez que não existe padronização de documentos? Quanto tempo demanda a avaliação do risco de crédito das contrapartes, uma vez que neste "mundo de balcão" o vendedor incorre no risco de insolvência do comprador (e vice-versa)?

Neste aspecto, basta lembrar o ocorrido em janeiro de 2008, quando o preço spot foi às alturas e atingiu R\$600/MWh: muitos agentes que operavam "short" (a descoberto) não honraram seus contratos e isso se transformou em inúmeros processos arbitrais e judiciais. O resultado foi a bancarrota de alguns destes agentes.

É a falta de transparência de preços, contudo, o mais prejudicial efeito colateral deste "mundo de balcão". A falta de transparência traz consigo a assimetria de informação entre vendedores e compradores, e faz com que o consumidor acabe pagando mais caro pela energia.

A falta de transparência de preços futuros inibe o consumidor de contratar energia por longo-prazo, o que por sua vez inviabiliza a financiabilidade (project finance) de novos empreendimentos de geração. Neste tipo de empreendimento, é o próprio fluxo de recebíveis do projeto que garante o empréstimo para a sua construção.

Da mesma forma, a falta de transparência dificulta (ou mesmo inviabiliza) novos investimentos por parte da indústria no aumento da sua capacidade de produção. Sem saber com clareza qual o valor da energia futura, como a empresa vai calcular a taxa de retorno de um determinado investimento?

Esse conceito é claro para a sociedade há mais de um século e motivou o surgimento das primeiras bolsas de commodities agrícolas como a NYMEX (New York Mercantile Exchange) em 1872 e a CME (Chicago Mercantile Exchange) em 1874. Nestes ambientes, agricultores e compradores se encontravam para negociar o preço das safras futuras de grãos, eliminando a incerteza e trazendo segurança e previsibilidade para ambos os lados.

A incerteza quanto aos preços futuros aumenta o risco de qualquer projeto, o que reflete em necessidade de taxas de retorno mais altas. Sem um ambiente transacional de energia elétrica transparente e seguro, o Brasil segue perdendo competitividade. Deixamos de atrair investimentos, de gerar empregos, de exportar mais. Deixa-se de criar valor para a sociedade, em última instância.

Para um país que detém um dos sistemas financeiros mais sofisticados e sólidos do mundo (passamos ilesos pela crise e viramos referência mundial!), que transaciona inúmeras commodities no mercado futuro das principais bolsas do mundo de forma sofisticada, eficiente, segura e com baixo custo transacional, é patente a necessidade de criação da primeira Bolsa de Energia do Brasil.

Marcelo Parodi é mestre em administração de empresas pelo IMD (Suíça) e sócio-fundador da Compass Energia

## **Agrekko ganha licitação para fornecer energia à projeto da Petrobras no RJ (CanalEnergia) 30/12/09**

Contrato prevê o fornecimento de energia por meio de geradores de 3.800 KVa para a construção de esferas de armazenamento de GLP

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Aggreko, empresa especializada em soluções temporárias de energia, venceu licitação da Petrobras para fornecimento de energia para a nova etapa de expansão da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro. Segundo a empresa, o contrato prevê o fornecimento de energia por meio de geradores de 3.800 KVa para a construção de esferas de armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP). A obra da Petrobras, para aumentar a capacidade de escoamento de GLP, deve ser concluída em 2012.

## **Anace propõe registro obrigatório de comercializadoras à CCEE (CanalEnergia) 30/12/09**

Consulta pública que trata de aprimoramento de regras para atuação teve início a partir de carta da associação, quando PLD havia registrado elevação expressiva

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Associação Nacional de Consumidores de Energia propôs à Aneel a obrigatoriedade das comercializadoras de serem registradas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para exercerem as respectivas atividades. Segundo o diretor executivo da Anace, Lúcio Reis, a proposta pretende facilitar o processo de fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

O tema foi debatido na consulta pública 059/2009, encerrada no último dia 15 de dezembro, que apresentou a minuta de resolução que aperfeiçoa a Resolução Normativa 265/1998. O executivo destacou que a resolução em vigor estabelece que a comercializadora deve aderir à CCEE caso tenha um contrato ativo. "A Anace acredita que para facilitar a fiscalização, toda a comercializadora deve aderir à CCEE independente de fazer negócio", destacou Reis.

O diretor executivo da Anace observou que a proposta de aperfeiçoamento da atividade de comercialização do país teve início com a elevação do Preço de Liquidação de Diferenças entre os anos de 2007 e 2008, por conta da redução dos níveis dos reservatórios. Com a situação, que resultou em inadimplência na CCEE, a Anace enviou correspondência à Aneel a fim de alertar para as dificuldades da CCEE de oferecer aos comercializadores informações sobre outros agentes.

Reis salientou ainda que a Aneel chamou a Anace, a CCEE e a Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia Elétrica para, em reuniões em separado, obter subsídios e contribuições que resultaram numa minuta de resolução - a que foi colocada em consulta pública.

Reis lembra que na época em que encaminhou a carta à Aneel, o mercado possuía cerca de 80 comercializadoras autorizadas, com poucas em atividade. A resolução 265/1998 determina que as comercializadoras terão a concessão caducada caso estejam há dois anos sem atividade comercial. "Havia autorizações demais e a Aneel tinha com dificuldades de fiscalização", destacou.

## **Rede Energia encerra distribuição de R\$ 370 milhões em debêntures (CanalEnergia) 30/12/09**

Instituição intermediária participante do consórcio de distribuição adquiriu 300 mil papéis  
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Rede Energia encerrou na última terça-feira, 29 de dezembro, sua quarta emissão de debêntures, no valor de R\$ 370 milhões. Os 370 mil papéis foram adquiridos por três subscritores, sendo que 300 mil foram comprados por uma instituição intermediária participante do consórcio de distribuição. As outras 70 mil debêntures subscritas foram para duas entidades de previdência privada. O Banco do Nordeste do Brasil foi o coordenador líder da operação. Ao todo, foram distribuídas 370 mil debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, com valor unitário de R\$ 1 mil.

## **Tucuruí opera com 37,15% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 30/12/09**

Armazenamento do Norte atinge 53,8% do volume, segundo dados do ONS  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário  
30/12/2009

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 37,15% da capacidade armazenada, segundo dados do boletim Informativo Preliminar de Dados da Operação, do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última terça-feira, 29 de dezembro. Os reservatórios do Norte atingem 53,8% do volume e registram alta de 0,2%. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 64,8% do volume, com alta de 0,4%. O índice está 37,4% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 66,59% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 53,8% do volume acumulado, registrando alta de 0,2%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 37,15% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 71,7% do volume, com alta de 0,4%. O índice está 46,9% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Jurumirim e E. de Souza operam com 75,94% e 39,59%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 97,3% do volume acumulado mantendo-se estáveis. O índice está 75,6% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de S. Santiago trabalha com 99,90% da capacidade de armazenamento.

## **Eletrobrás PNB opera em queda de 1,25% (CanalEnergia) 30/12/09**

IEE alcança os 23.908 pontos com baixa de 0,18% assim como Ibovespa, que chegou aos 67.979 pontos e registrou baixa de 0,46%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Eletrobrás PNB opera em queda de 1,25% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 30 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a MPX Energia ON (-0,95%), acompanhada da Celesc PNB (-0,74%). A AES Tietê opera em alta de 0,95, acompanhada pela Cesp PNB e Energias do Brasil ON (0,72%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.908 pontos com baixa de 0,18% assim como Ibovespa, que chegou aos 67.979 pontos e registrou baixa de 0,46%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,29%  
AES Tietê PN: 0,95%  
Celesc PNB: -0,74%  
Cemig PN: -0,47%  
Cesp PNB: 0,72%

Copel PNB: 0,65%  
CPFL Energia ON: -0,36%  
Eletrobrás PNB: -1,25%  
Energias do Brasil ON: 0,72%  
Equatorial ON: 0,17%  
Light ON: -0,20%  
MPX Energia ON: -0,95%  
Tractebel ON: 0,09%  
Transmissão Paulista PN: -0,21%

## **Lei que estabelece Política Nacional de Mudanças Climáticas é sancionada (CanalEnergia) 30/12/09**

Sanção foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União da última terça-feira, 29 de dezembro  
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente  
30/12/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na última terça-feira, 29 de dezembro, a lei que estabelece a Política Nacional de Mudanças Climáticas. A sanção foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União. Lula acatou três dos dez vetos recomendados pelos ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente. Os pontos referem-se a proibição de contingenciamento de recursos para o combate às mudanças climáticas e substituição do uso de fontes energéticas que usam combustíveis fósseis.

Com informações da Agência Brasil

## **Hélio Viana Pereira, da CPFL Energia: As distribuidoras e o blecaute (CanalEnergia) 30/12/09**

Uma coisa fica evidente no caos provocado num blecaute, durante e principalmente depois do episódio. São as distribuidoras o principal ponto de apoio da sociedade  
Hélio Viana Pereira, da CPFL Energia, Artigos e Entrevistas  
30/12/2009

Milhões de brasileiros em maior ou menor grau foram surpreendidos por um blecaute de grandes proporções na noite do dia 10 de novembro, evento que se estendeu em alguns casos até o fim da madrugada do dia seguinte. Descoberto o problema de transmissão e com a plena operação de Itaipu, o restabelecimento ocorreu inicialmente de forma gradual e, dentro de algumas horas, de maneira integral. Simultaneamente a esse episódio maior, as distribuidoras, responsáveis pelo abastecimento do mercado, intensificaram suas providências para a regularização de seus clientes. Um exército de profissionais, na sua maioria engenheiros, técnicos e eletricitas, aos poucos, foi assumindo seu posto com um único objetivo: regularizar o sistema elétrico brasileiro. A partir dos centros de operações, manobras em linhas alternativas contribuíram para amenizar o desligamento nas áreas atingidas e outras fontes supridoras compensaram a perda momentânea da maior usina brasileira. As distribuidoras de energia elétrica tiveram um papel fundamental na reorganização do sistema e no retorno do serviço a milhões de residências, indústrias e comércio.

O país deu um sobressalto. De imediato, os serviços de atendimento telefônico aos clientes começaram a registrar picos de chamadas e o centro de referência para os consumidores passou a ser o serviço das distribuidoras. Em algumas empresas o volume de atendimentos telefônicos ultrapassou em mais de quinze vezes o registro de um dia típico. Entre o final da noite e a metade da madrugada as distribuidoras do grupo CPFL Energia receberam quase 12 mil chamadas contra 800 em condições normais. Evidentemente os eletricitas tiveram sobrecarga de trabalho. Atuando na operação de manobras, no seccionamento de redes elétricas, no atendimento das ordens de serviço, esses profissionais foram também importantes atores no esforço de evitar a propagação do blecaute para áreas maiores ainda.

Equipes de sobreaviso foram chamadas, e reforçadas com profissionais de empresas terceirizadas. Os centros de operação descentralizados ficaram de prontidão e permanentemente trabalhando sincronizados com as orientações do Operador Nacional do Sistema elétrica (ONS). Normalizado o sistema elétrico com o retorno da operação de Itaipu, as distribuidoras envolvidas no blecaute intensificaram seus trabalhos. Aos primeiros sinais de recuperação das regiões atingidas, a preocupação voltou-se para a normalização das redes de distribuição primárias e secundárias, responsáveis pelo atendimento ao consumidor final.

Manobras na rede elétrica, a partir dos centros de operação, contribuíram para normalizar áreas mais críticas, para que 100% da população que acabou sofrendo algum tipo de problema pudesse ver resolvido sua situação. Simultaneamente a essas providências técnicas, a Imprensa teve um papel de fundamental importância ao informar e muitas vezes esclarecer os fatos e tranquilizar a população. Pelo lado das empresas, seus centros atendimento, não só coletivos, mas os personalizados passaram a contatar prefeituras, grandes clientes, sociedade civil, e principalmente a Imprensa para esclarecer o problema, garantindo a volta à normalidade.

Muitos clientes relataram queima de aparelhos elétricos em suas residências. Atenta a isso, as distribuidoras orientaram a população sobre a legislação vigente em relação a esse ressarcimento, divulgando pela imprensa os procedimentos para a solicitação desse serviço

Uma coisa fica evidente no caos provocado num blecaute, durante e principalmente depois do episódio. São as distribuidoras de eletricidade o principal ponto de apoio da sociedade. Cuidando para que a situação volte ao normal o mais rapidamente possível. Os investimentos das distribuidoras para expansão e manutenção de seus sistemas elétricos são bilionários. No caso da CPFL Energia esse montante atinge exatamente R\$ 1 bilhão para 2010. É disso que estamos falando aqui. Do esforço de pessoas comprometidas com o país e de empresas direcionadas para cumprir seu relevante papel social, mesmo nas situações mais complexas possíveis.

Hélio Viana Pereira é vice-presidente de Distribuição da CPFL Energia

## **CCEE pretende antecipar entrega de novo SCL (*CanalEnergia*) 30/12/09**

Inicialmente prevista para julho de 2011, entrega do sistema deve estar concluído no início do mesmo ano  
Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia  
30/12/2009

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica está intensificando esforços para o desenvolvimento do novo Sistema de Liquidação e Contabilização, cujo lançamento está previsto para o início de 2011. Inicialmente prevista para julho de 2011, a entrega do Sistema de Liquidação e Contabilização será antecipada para o início do mesmo ano, de acordo com a CCEE. A antecipação foi apresentada aos agentes na 45ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada no último dia 18 de novembro.

Segundo a companhia, em 2010 os trabalhos se voltam principalmente às atividades de Tecnologia da Informação, que envolvem a especificação do sistema, codificação, testes, homologação, elaboração de relatórios, além do mapeamento e redesenho dos processos de negócio. As atividades de simplificação de álgebras, elaboração dos cadernos de regras e levantamento de necessidades de negócio, que foram iniciadas neste ano, também serão finalizadas em 2010.

Ao longo deste ano, a equipe responsável pelo projeto concluiu produtos estruturais relacionados ao sistema e aos conceitos envolvidos nas atividades da câmara. Entre eles, está a criação de cadastro unificado, a elaboração do conceito de "agente genérico", nova estrutura dos cadernos de regras de comercialização, redesenho de topologia e remodelagem de ativos.

## **SINDICAL**

Não há novas reportagens nos sites da CUT Nacional e CUT SP.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**  
[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

